

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/268035786>

Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios

Book · July 2009

DOI: 10.13140/2.1.11578.7207

CITATIONS

3

READS

3,152

3 authors, including:



Dulce Freire

University of Coimbra

111 PUBLICATIONS 630 CITATIONS

SEE PROFILE

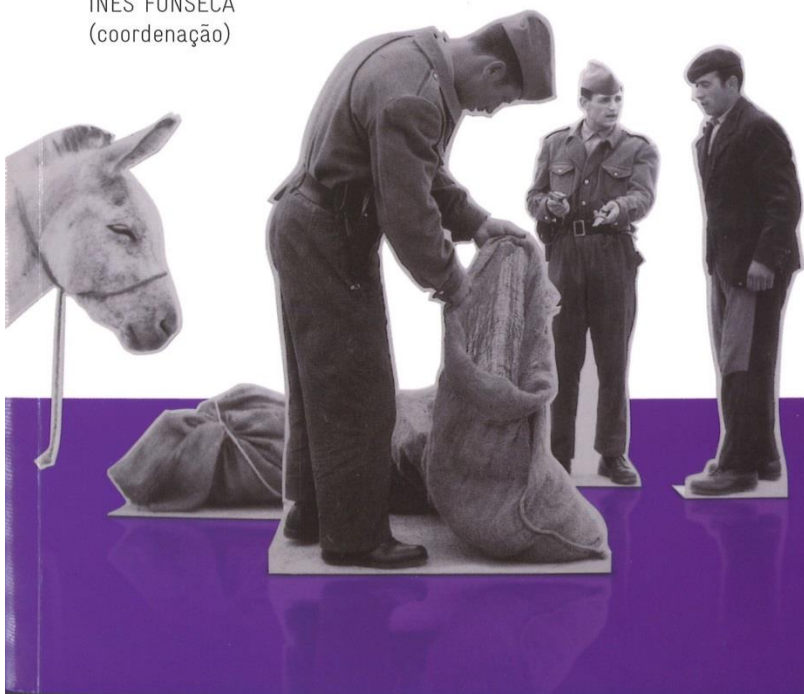


EDIÇÕES NELSON & MATOS

CONTRABANDO NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA

PRÁTICAS, MEMÓRIAS E PATRIMÓNIOS

DULCE FREIRE
EDUARDA ROVISCO
INÊS FONSECA
(coordenação)



CONTRABANDO NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA

PRÁTICAS, MEMÓRIAS E PATRIMÓNIOS

Durante séculos, o contrabando foi fundamental para a sobrevivência das populações da raia luso-espanhola. Ao impulsionar contactos e solidariedades entre as povoações de cada lado da fronteira, esta actividade clandestina também influenciou a construção das identidades locais e fomentou distintas percepções dos Estados e das Nações.

Nas últimas décadas, o êxodo rural e a adopção de políticas de livre circulação de pessoas e mercadorias transformaram as funcionalidades tradicionais da fronteira. Nas aldeias raianas, muitos dos saberes inerentes ao contrabando perderam a utilidade quotidiana que os fazia transmitir-se de geração em geração. Para as populações, este já não é o "tempo" de "passar" ovos, café ou emigrantes. O presente é o "tempo" das memórias. Se desde sempre estas práticas inspiraram o imaginário popular e a literatura, só recentemente interessaram os cientistas sociais. No contexto dos actuais debates sobre património, memória e cultura, este livro é um contributo para uma reflexão em torno das mudanças ocorridas no contrabando e nos territórios que historicamente lhe estão associados. Dando conta dos resultados de pesquisas desenvolvidas em Portugal e Espanha, esta obra colectiva reflecte diferentes perspectivas de análise teórica e metodológica. A combinação de documentos escritos e depoimentos orais (quer em castelhano, quer em português) enfatiza a riqueza das experiências e dos discursos expressos nas vozes dos protagonistas.

Dulce Freire
Eduarda Rovisco
Inês Fonseca
(coordenação)

Contrabando na Fronteira
Luso-Espanhola
Práticas, memórias e patrimónios

NELSON✠MATOS:PENSAR-NAVEGAR



EDIÇÕES: NELSON DE MATOS

Alameda D. Afonso Henriques, 43 r/c esq.

1000- 1231 Lisboa 1 Portugal

Telef. 21 099 74 28 Fax 21 847 56 34

edicoes-nelsondematos@clix.pt

Colecção Pensar-Navegar N.º 01

2009, dos Autores para os respectivos textos
das Coordenadoras para a organização desta edição

Design da capa

Paulo Condez

www.designedbynada.com

As Coordenadoras e o Editor agradecem
à Unidade de Acção Fiscal da Guarda Nacional Republicana
a amável cedência da fotografia da capa e de outras
assinaladas no interior desta edição

Mapa da contracapa

Península Ibérica

in Atlas do Mundo Comercial e Político

Edição Popular de J. R. Silva, (s/d)

Revisão do texto em português

Lídia Freitas

Revisão do texto em castelhano

Alberto Piris Guerra

Paginação

Segundo Capítulo

Impressão e acabamento

Gráfica Manuel Barbosa & Filhos

1.ª edição: Julho de 2009

Edição: P-N.001.2009

Depósito legal: 295 875/09

ISBN: 978-989-8236-10-4

Distribuição

Sodilivros

Telef. gi 381 56 oo 1 Fax a1387 6a 81

comercial@sodilivros.pt

As marcas e direitos mencionados encontram-se devidamente registados
e reservados de acordo com a legislação em vigor.

Interdita a reprodução do texto, total ou parcial, sem a autorização expressa do editor –
à excepção de breves transcrições para crítica ou comunicação social.

ÍNDICE

Sobre os autores	9
Introdução	17
Paula Godinho	
«Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista» . O concelho de Chaves e a comarca de Verín, entre velhos quotidianos e novas modalidades emblemáticas	29
Daniel Lanero Táboas, Antonio Míguez Macho, Ángel Rodríguez Gallardo	
La «raia» galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpreta- ciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)	57
Eduarda Rovisco	
«La empresa más grande que tenía el gobierno portugués y el español era el con- trabando». Prácticas e discursos sobre contrabando na raia do concelho de Idanha-a-nova.....	89
Eusebio Medina García	
Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura com Portugal	131
Dulce Simões	
O contrabando em Barrancos: memórias de um tempo de guerra	165
José María Valcuende del Río, Rafael Cáceres Feria	
Viviendo de la frontera: redes sociales y significación simbólica del con- trabando.....	197

Inês Fonseca, Dulce Freire

«*O contrabandista, já se sabe, era da oposição.*» Discursos em torno do contrabando..... 219

Luís Silva

A patrimonialização e a turistificação do contrabando..... 255

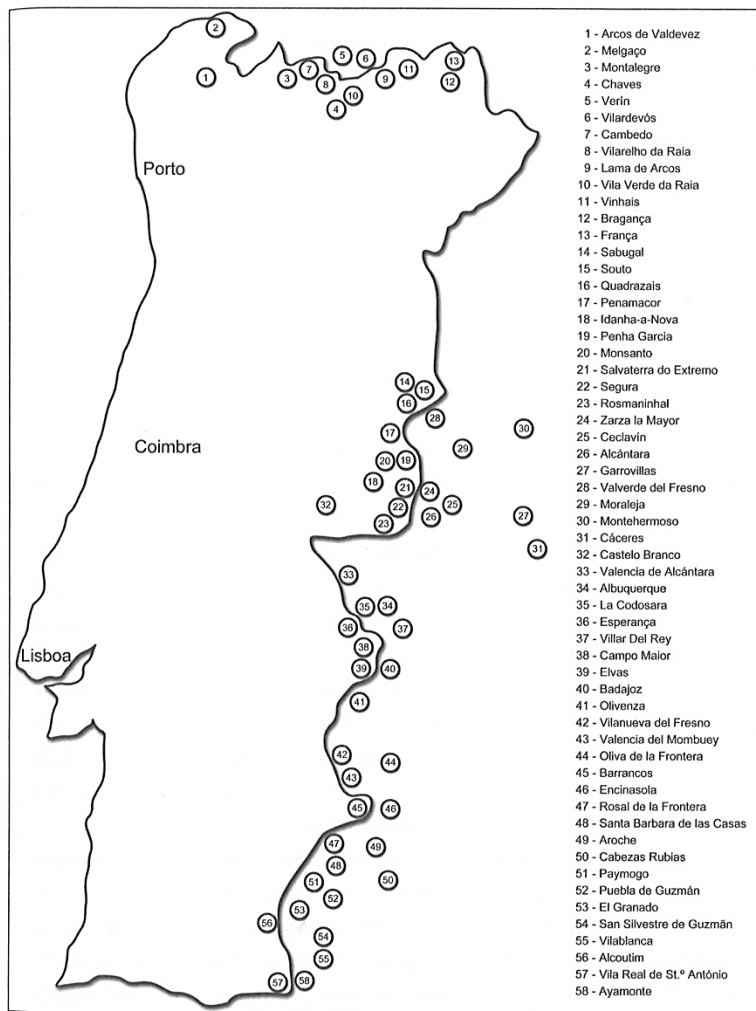
Luís Cunha

Memórias de fronteira: o contrabando como explicação do mundo289

José Neves

Lambaça, o contrabandista de Álvaro Cunhal..... 309

ALGUMAS POVOAÇÕES RAIANAS MAIS REFERIDAS NESTA OBRA



INTRODUÇÃO

Dulce Freire

Eduarda Rovisco

Inês Fonseca

DURANTE SÉCULOS, o contrabando constituiu um importante recurso na economia das povoações da raia, tornando-se também um dos principais impulsores de contactos entre as populações dos dois lados da fronteira. O contrabando, a circulação clandestina de bens através de uma fronteira de carácter político, está indelevelmente ligado ao processo de construção do Estado moderno. Neste sentido, na fronteira portuguesa a actividade terá sido mais vigiada entre finais do século XVIII e a última década do século XX. Estes duzentos anos ficaram marcados pelo progressivo empenhamento dos Estados ibéricos na produção e aplicação de instrumentos legais que, por diversas vias, procuraram garantir o controlo regular da circulação transfronteiriça. Simultaneamente, ao tornar-se um motivo para frequentes movimentações entre os dois países, o contrabando constituiu-se como um elemento fundamental para compreender os processos de identificação nacional operados na raia.

Ainda que o contrabando assuma vasta amplitude temporal e espacial, os estudos reunidos neste livro centram-se nas práticas e nos discursos identificáveis na raia luso-espanhola nos últimos cem anos. Dado o secretismo e um certo espírito de aventura que lhe estão associados, o contrabando tem inspirado o imaginário popular e a literatura, em particular o neo-realismo. Contudo, até ao início da década de 90, este fenómeno raramente foi eleito pelos cientistas

sociais ibéricos como objecto de análise. Foi no momento em que a actividade passava por profunda transformação e se tornava alvo de processos de patrimonialização que a produção das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, teve um impulso assinalável. Poder-se-á dizer que, apenas nos últimos anos, o contrabando passou do domínio da literatura para o da investigação científica.

O aumento de pesquisas dedicadas a esta temática, desenvolvidas por investigadores dos dois lados da fronteira, não tem sido acompanhado pela multiplicação das oportunidades para a discussão científica. Em alguns casos, a divulgação dos resultados das pesquisas, que por vezes decorrem em simultâneo, tem sido escassa e circunscrita, podendo estes encontrar-se dispersos e serem de difícil acesso. Neste contexto, um dos objectivos que norteou a organização desta colectânea foi o de reunir estudos que permitissem fazer um balanço do estado dos conhecimentos, contribuindo para estimular o debate e a realização de novas pesquisas.

Tornou-se claro, desde o início, que não seria possível juntar neste volume todos os autores que têm trabalhado sobre o tema. Correndo os riscos inerentes a todas as escolhas, tentámos contemplar um conjunto de problemáticas que no panorama actual da investigação considerámos mais relevantes. Para tal, convidámos investigadores que desenvolveram pesquisas entre Portugal e Espanha e procurámos que a obra contemplasse tanto capítulos de carácter descritivo como outros mais focados em temáticas específicas. A persecução destes objectivos levou-nos a incluir neste livro, a par de artigos originais, alguns dos quais resultantes de pesquisas muito recentes ou ainda em curso, um que já tinha sido publicado (trata-se da versão original do capítulo assinado por Inês Fonseca e Dulce Freire) na revista argentina *Prohistoria*, 2003, n.º 7, mas que estava pouco divulgado. Deste modo, foi possível reunir textos que, reflectindo perspectivas disciplinares diversas, abordam as principais questões que têm vindo a ser tratadas nas pesquisas levadas a cabo em Portugal e Espanha.

A importância do contrabando para as populações da raia luso--espanhola apreende-se na maneira como os protagonistas pautam os discursos em compassos marcados pelos diferentes ciclos do contrabando, ancorando os momentos mais significativos dos percursos pessoais, familiares e comunitários no tempo dos ovos, no tempo da farinha, no tempo do minério, no tempo do café, no tempo do gado. Este faseamento, determinado por mudanças nos produtos mais contrabandeados, produzia alterações na organização dos trabalhos de compra, transporte e venda das mercadorias e também implicava, por vezes, reajustes na organização e hierarquia social das aldeias. O processo de contínuas transformações e readaptações da actividade foi recentemente suspenso. Nas aldeias raianas, a intensificação do êxodo rural (a partir dos anos 60) aliada à integração dos dois países na Comunidade Económica Europeia (meados dos anos 80), seguida da adopção (no início dos anos 90) de políticas de livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais, esvaziou a fronteira de uma parte das suas funcionalidades. Para quantos estiveram envolvidos no contrabando, o presente é, sobretudo, um tempo de memórias.

No conjunto, os estudos agora publicados abarcam duas dimensões essenciais do contrabando. Por um lado, analisam um período — que corresponde ao que alguns autores designam por velho contrabando ou contrabando tradicional —, em que as actividades ligadas ao comércio clandestino se disseminavam, esporádica ou regularmente, pelo quotidiano dos diversos grupos sociais presentes nas aldeias. Por outro, averigam sobre os processos de integração de elementos desse passado nas memórias e nos patrimónios culturais das comunidades raianas.

Além de contribuírem para uma reflexão em torno das práticas e das representações associadas ao contrabando, os textos aqui reunidos revelam-nos como esta actividade ilegal do passado é agora constantemente rememorada e verbalizada pelos protagonistas. Procurando preservar, tanto quanto possível, as especificidades

dessas versões locais ou regionais, optámos por publicar os textos com as variações linguísticas em que foram *ditos* (pelos testemunhos orais e escritos) e *escritos* (pelos cientistas sociais).

Tentámos, igualmente, que os textos finais se aproximassem da diversidade de visões acerca de uma actividade que, sendo indissociável das cumplicidades estabelecidas entre populações da raia, é influenciada pelo contexto nacional em que se encontram os protagonistas. Assim, percorrendo toda a linha de fronteira, os capítulos que se seguem conciliam leituras locais e regionais, com outras que, por serem mais abrangentes, as enquadram nas tendências assumidas pelo contrabando em diferentes momentos.

No primeiro capítulo desta colectânea, Paula Godinho apresenta os resultados de pesquisas, assentes em *estadias de terreno descontinuas*, efectuadas ao longo de três décadas, no concelho de Chaves (Vila Real) e nas localidades vizinhas da província de Ourense (Galiza). Esta observação prolongada permite um exame particularmente atento à mudança social nesta zona, revelando a especificidade da *unidade social* e a elevada porosidade deste troço da fronteira, onde até 1864 persistiram algumas *aldeias místicas*. Ao examinar o contrabando, a autora contrapõe à visão estatocêntrica, que o entende como ilegal, a perspectiva das populações, para as quais constituiu uma estratégia de sobrevivência e um complemento à actividade agrícola integrada numa *ética de subsistência* do campesinato. É ainda referido o processo de *desocultação local* da actividade, que se insere no quadro mais amplo de emblematização, patrimonialização e mercadorização do contrabando tratado, também, em outros estudos deste livro.

Aprofundando a análise no lado galego, Daniel Lanero Táboas, António Míguez Macho e Ángel Rodríguez Gallardo abordam o período marcado pela Guerra Civil de Espanha e II Guerra Mundial. Numa época de conflitos bélicos e de afirmação das ditaduras ibéricas, a promulgação de mais medidas fiscais e de controlo da fronteira interferiram no quotidiano das populações raianas. Não

impediram, porém, que as rotas de passagem, há muito conhecidas, continuassem a ser utilizadas. Nestes anos, lembrados pela extrema escassez de bens essenciais em Espanha, essas dezenas de locais propícios à travessia ilegal da fronteira foram constantemente utilizados para o tráfego de mercadorias. E as mesmas redes de contrabando permitiram também que centenas de refugiados espanhóis fugissem à perseguição falangista. Entendem os autores que «la dindmica generada por el refugiado de la guerra de Espana modificó la economia moral dei campesinado» , porque permitiu aumentar os rendimentos e porque o contacto com antifranquistas (muitos dos quais comunistas) alterou a consciência política de alguns grupos de camponeses.

Com Eduarda Rovisco o olhar detém-se na raia beirã. A autora examina práticas e discursos sobre contrabando, bem como os confrontos com as autoridades responsáveis pela vigilância da fronteira em duas freguesias do concelho de Idanha- a-Nova (Castelo Branco). Utiliza, para tal, materiais colhidos em trabalho de campo e documentação de arquivo. Procurando enquadrar o contrabando praticado neste troço da raia numa escala nacional, começa por analisar os dados disponíveis sobre apreensões da Guarda Fiscal, nas décadas de 40, 50, 60 e início da de 70 do século XX. A par da sinalização dos pontos da fronteira onde as apreensões foram mais intensas, são identificados alguns dos produtos transaccionados. Apesar de Idanha não estar integrada numa das zonas em que houve mais apreensões, o contrabando não só foi importante nas povoações estudadas, como, actualmente, motiva grande heterogeneidade de interpretações. Neste capítulo apontam-se as diferenças ao nível das práticas e dos discursos detectáveis entre o norte e o sul do concelho, entre mulheres e homens, entre os grupos envolvidos no transporte de produtos que entravam ou saíam do país. É evidenciado o discurso produzido pelos homens implicados na exportação clandestina de café, anuída pelas autoridades portuguesas. As transacções ilegais deste produto eram lidas, por contrabandistas e pelas autoridades,

como uma actividade que assistia ao desenvolvimento económico do país: possibilitava a exportação suplementar de grandes quantidades de café, a consequente entrada de divisas e a melhoria das condições de vida das populações raianas.

No contexto geográfico da Extremadura, Eusebio Medina Garcia relaciona as mudanças do contrabando com a evolução da concepção de fronteira, a densidade populacional e a intensidade das actividades económicas. O texto destaca-se no conjunto desta obra por fornecer a retrospectiva mais ambiciosa destas transformações: atravessa um período que começa na Idade Média e termina em meados do século xx. A exposição das origens, continuidades e metamorfoses da fronteira, nomeadamente no que concerne à vigi-lância fiscal, permite compreender como esta está concatenada com a consolidação dos Estados centralizados e com os ritmos do con-trabando (mais intenso em épocas de guerra e crise, por exemplo). Entende o contrabando *tradicional* como mais um fenómeno que partici-pa do «*espírito de frontera*», o qual sustenta as manifestações da comunidade contra o Estado. Neste sentido, analisa detidamente o funcionamento das quadrilhas masculinas, que define como grupos informais de referência, durante os *anos de ouro* do contrabando no século xx. O autor mostra-se sensível à dissemelhança, à ambigui-dade e ao carácter paradoxal destas práticas e, ainda, ao *sentimento de identidade diferenciada e distante* das populações de cada um dos flancos deste segmento de fronteira.

Ao debruçar-se sobre a zona de Barrancos (Beja), Dulce Simões começa por discutir a função dessa *linha imaginária* de demarcação dos territórios nacionais na estruturação das identidades locais e da Nação, entendendo que esta exerce «uma *influência poderosa sobre as formas de pensar e de agir das populações fronteiriças*». Cruzando fontes orais e escritas, a autora centra-se nos anos da Guerra Civil de Espanha e na década seguinte. Mostra como essa *linha* se revelou permeável a intercâmbios diversos e, também, motivou tensões. Enuncia os impactos locais das novas soluções trazidas pelo Estado

Novo, quanto ao enquadramento institucional das populações rurais e à legislação dedicada ao comércio clandestino com Espanha. A autora revela o processo de intensificação do contrabando nestes anos, explícito na constituição de «*cantinas*» especializadas na exportação clandestina de bens de primeira necessidade. A atenção dada às relações de poder entre distintos grupos sociais, demonstra como estas práticas, protagonizadas principalmente por trabalhadores agrícolas, contaram com a conivência dos proprietários rurais. Se para os primeiros tais actividades se configuravam como formas de contestação do Estado, para os outros constituíram-se como modalidades de contenção de um «*descontentamento social que lhes poderia ser adverso*».

José Maria Valcuende del Río e Rafael Cáceres Feria identificam os diferentes contrabandos praticados na província de Huelva (Andalucía), nas décadas de 40 a 80 do século xx. Numa região em que a demarcação da fronteira é maioritariamente definida por cursos de rios (Guadiana, Chança e Ardila), distinguem três zonas que imprimem características distintas ao contrabando. A primeira, circunscreve-se às localidades com postos fronteiriços, como Rosal dela Frontera e Ayamonte, onde a um contrabando de pequena escala se juntou aquele desenvolvido pelas elites comerciais e industriais. Esta prática é particularmente expressiva em Ayamonte devido ao envolvimento das elites ligadas à indústria conserveira. A segunda zona corresponde às localidades raianas sem postos fronteiriços de passagem, mas com postos da *Guardia Civil*, que obrigavam os contrabandistas a circundá-las. Por último, destacam o espaço que separa as localidades referidas nos pontos anteriores, ocupado por pequenos núcleos dispersos habitados por imigrantes portugueses. Ao constituírem um prolongamento de Portugal em território espanhol esses núcleos facilitavam as transacções. Sublinham os autores que existem vários contrabandos e que para os apreender é necessário ter em conta diversas variáveis de análise, entre as quais classe social, género e nacionalidade.

Partindo de material empírico relativo a vários pontos da fronteira portuguesa, Inês Fonseca e Dulce Freire identificam alguns dos impactos da combinação das medidas promulgadas pelo Estado Novo e das conjunturas internacionais (guerras, emigração) nas práticas e nos discursos associados ao contrabando. Demonstram que esta actividade é uma das formas de resistência adoptadas pelas populações rurais contra as determinações estatais, mas que não assume um carácter iminentemente político. Visa, antes de mais, garantir a subsistência do agregado doméstico. Contudo, a repetição e a amplitude social e geográfica dessas atitudes podem ter consequências políticas, que o Estado raramente ignora. Tratando-se de uma actividade que as autoridades consideram ilícita e que os praticantes procuram manter no âmbito do segredo e do encapotado, torna-se propícia à ambiguidade e à produção de diferentes discursos (alguns contraditórios). As autoras identificaram três justificações para a prática do contrabando apresentadas pelos protagonistas em diversas conjunturas: argumento económico (más condições de vida, obtenção de mais rendimentos); argumento da legitimidade moral (as transacções obedecem a uma ética, os praticantes são honestos, procede-se à redistribuição de riqueza); argumento político (o não cumprimento das leis do Estado era também estar contra a ditadura).

Os processos de patrimonialização e de turistificação do contrabando, questões incontornáveis nas investigações mais recentes e referidas em outros textos desta colectânea, são aprofundados por Luís Silva. Depois de ter sido, inevitavelmente, afectado pelas mudanças sociais e institucionais das últimas décadas, o autor entende que o contrabando está a ter uma «segunda vida». A implementação de políticas de desenvolvimento local, assentes na requalificação das zonas rurais, tem favorecido a patrimonialização dos recursos naturais e culturais e, consequentemente, a mercadorização destas através do turismo. Neste contexto, o contrabando tem vindo a ser considerado como mais um produto integrado nas novas valências do mundo mral. O autor trata aqui duas das formas adoptadas

pela patrimonialização do contrabando: a musealização, analisando a exposição permanente patente no Museu «Espaço Memória e Fronteira» (Melgaço, Viana do Castelo) e a proliferação ao longo da fronteira de rotas do contrabando.

A transformação do contrabando de «*recurso material*» em «*recurso narrativo*» é a problemática tratada por Luís Cunha. As populações utilizam-no como modelo de aprendizagem ou «*metáfora do mundo*», servindo para que pensem sobre si e o que as rodeia. Durante a pesquisa de terreno, privilegiando Campo Maior (Portalegre), o autor detectou que, sobreposta à heterogeneidade das práticas e dos discursos acerca do contrabando, que não se deixa apreender de forma instantânea, existe uma convergência das narrativas para um «*modelo específico de exercício da actividade*». Faz parte desse modelo a enfatização de tópicos como a coragem, o sacrifício, a luta entre contrabandistas e autoridades, que, segundo o autor produz «*o afastamento entre a história possível e a memória colectiva*». Neste texto aborda-se o padrão destas estruturas narrativas, as tensões entre os temas silenciados e os seleccionados, as dinâmicas da rememoração do contrabando nos mecanismos de conexão entre passado e presente implicados na construção da memória.

O artigo de José Neves reconstitui a imagem de um contrabandista a partir das características físicas e de comportamento, que remetem para algumas das representações mais persistentes sobre o contrabando e os seus protagonistas, atribuídas por Álvaro Cunhal à personagem de *Cinco Dias, Cinco Noites* (uma das obras que assinou como pseudónimo de Manuel Tiago). Acentuando a sobreposição, já referida em outros textos desta colectânea, entre as rotas de passagem clandestina de mercadorias e de pessoas, o enredo acompanha a saída pela fronteira terrestre de um jovem militante do Partido Comunista Português (PCP). Colocando em confronto as visões e as atitudes das personagens, José Neves entende que dois imperativos atravessam esta novela: «*a necessidade de reinvenção plebeia da figura do militante*» comunista e a «*crítica da mercadorização*». Ambos os

aspectos, historicamente cruciais para o PCP, são aqui reinterpretados tendo como paradigma o contrabandista e o contrabando.

O conjunto de textos reunidos nesta colectânea permite vislumbrar a diversidade de atitudes, protagonistas, relações sociais, percursos, mercadorias, normas e memórias associadas ao contrabando na fronteira luso-espanhola. A combinação de diferentes métodos de pesquisa possibilitou aos autores a recolha de testemunhos variados e complementares, permitindo que os capítulos desta obra documentem o repertório de práticas e discursos produzidos sobre o contrabando nos dois lados da raia durante o século xx. As principais lacunas reflectem, sobretudo, a inexistência de investigações que contemplem outros temas ou que incidam sobre determinadas zonas da fronteira (como se pode observar através do mapa incluído na página 15). De entre a diversidade de propostas e perspectivas analisadas ou sugeridas nas páginas que se seguem, poderemos reter duas contribuições.

Uma remete para as mudanças de concepções estatais sobre a fronteira e para as várias escalas espaciais em que se desdobra o exercício do poder. A descrição das práticas associadas ao tráfico clandestino de mercadorias nestas zonas contribui para identificar os procedimentos adoptados pelo Estado para estender o controlo a todo o território e a todos os grupos da população. A própria existência de contrabando, ao mesmo tempo que revela capacidades de resistência e de subversão das populações, remete para mecanismos de negociação e consentimento incorporados no funcionamento dos organismos estatais. Ao estarem focados nas perspectivas locais e regionais, os capítulos deste livro fornecem dados que permitem observar como se traduziram no desenrolar do quotidiano dos habitantes as decisões emanadas dos órgãos de poder central. Como grande parte dos capítulos abrange uma cronologia que coincide com o Estado Novo e o Franquismo e, em alguns casos, com os períodos posteriores de democracia, permitem esclarecer alguns aspectos relacionados com a natureza e o funcionamento destes

regimes. Contribui-se assim para aprofundar os conhecimentos acerca dos complexos processos de construção dos Estados ibéricos contemporâneos.

Em segundo lugar, os testemunhos recolhidos, mais do que enfatizarem a importância do contrabando no quotidiano das populações da raia, mostram como essa relevância foi sendo localmente (re)construída ao longo do século XX. No ordenamento estabelecido pelas memórias locais surgem destacadas duas balizas cronológicas. Uma, corresponde aos anos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), lembrada pelas populações como um período de grande tensão e como detonador da intensificação das práticas de contrabando que viriam a prolongar-se pelo I Franquismo (1936-1959). Outra coincide com as profundas transformações ocorridas desde a década de 60, que promoveram a diminuição da população e a rarefacção de protagonistas para estas práticas. Verifica-se que estes momentos se mostraram igualmente pertinentes nas análises dos cientistas sociais, sendo transversais aos diversos capítulos incluídos neste livro. Esta coincidência de pontos de vista permite tornar mais claras as conexões entre os *tempos* locais e as conjunturas nacionais e internacionais, contribuindo para integrar as atitudes e os interesses dessas populações no contexto das Histórias nacionais e europeia.

Finalmente, esta colectânea traduz uma tentativa de reunir contributos que permitam sintetizar os resultados (com as suas lacunas e ideias fortes) das investigações dedicadas às práticas e aos discursos acerca do contrabando na fronteira que delimita Portugal e Espanha. Desejamos que possa ser útil a quantos se interessam por estas questões e que fomente novas pesquisas, renovando e alargando os conhecimentos sobre estas problemáticas.

«DESDE A IDADE DE SEIS ANOS, FUI MUITO CONTRABANDISTA»

— O CONCELHO DE CHAVES E A COMARCA DE VERÍN, ENTRE VELHOS
QUOTIDIANOS DE FRONTEIRA E NOVAS MODALIDADES EMBLEMATIZANTES¹

Paula Godinho

1. Introdução

NO VERÃO DE 2005, enquanto fazia trabalho de campo na fronteira, fiquei alojada numa antiga escola primária em Vilarello de Cota, no «conceito» galego de Vilardevós, agora denominada *Albergue Local Multiusos*. Com um amplo salão no andar inferior, esta casa oferece no primeiro piso múltiplos beliches, casas de banho e cozinhas. Foi convertida num dos pontos de apoio da *Ruta do Contrabando*, que envolve um conjunto de aldeias das redondezas. Consta nos itinerários procurados pelos «senderistas» galegos e é dirigida por um centro de desenvolvimento rural, designado *Portas Abertas*². Esta rota, bem como o *Centro de Interpretação do Contrabando de Vilardevós*, adequam-se particularmente bem ao seu objectivo, dando a conhecer a baixos custos uma perspectiva sobre o contrabando, com enquadramento numa visão actual de ecoturismo e turismo *alternativo*, legível em depoimentos colocados on-line por alguns dos caminhantes.

¹ Este artigo insere-se no projecto «*El discurso geopolítico de las fronteras en la construción socio-política de las identidades nacionales: el caso de la frontera hispano-portuguesa en los siglos XIX y XX*», financiado pelo Plan Nacional de I+D+I do Ministerio de Educación y Ciencia de España.

² A acolhedora designação deve-se a uma santa, alvo de uma romaria local, que tem a particularidade de atrair formigas em grande quantidade, que morrem junto do seu altar.

Numa fase pós-agrícola, com uma perda demográfica acentuada que tornou dispensáveis as anteriores escolas, e com uma ruralidade redesenhada em função de consumos urbanos, esta rota interpretativa do contrabando alia o exercício físico ao ar livre com a ilusão de percorrer os caminhos antes marcados pela invisibilidade e pela dissimulação. Esta actividade implicava um saber escondido, que se restringia aos que a praticavam nas povoações raianas, contando com a convivência dos vizinhos. O objectivo deste texto é compreender o paradoxo da visibilidade actual, através de rotas turísticas e de visitas guiadas, de uma actividade que vive do furtivo e do que sagazmente se oculta, num tempo de grandes tráficos globais de armas, drogas, material nuclear, órgãos humanos, emigrantes ilegais e lavagem de dinheiro (Castells 2003). No trajecto do invisível ao visível, e mesmo visitável, torna-se evidente a mudança ocorrida neste contexto, com a passagem de uma sociedade rural do passado, na qual o contrabando era um complemento, a uma sociedade pós-rural do presente, esvaziada de gente e esboçada a partir dos interesses e dos usos citadinos. Este artigo é o resultado de uma pesquisa alongada acerca das identificações locais e das culturas de orla na fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza. Utilizarei materiais resultantes de entrevistas e consulta de arquivos variados, obtidos através de estadias de terreno descontínuas na zona fronteira que abrange o concelho de Chaves, no distrito de Vila Real, em Portugal, e Vilardevós, Verín, Oimbra e Cualedro, «conceitos» galegos da província de Ourense.

Num texto publicado anteriormente (Godinho 1995), propus-me interpretar o fenómeno do contrabando da perspectiva dos que a ele se dedicavam. Tentava compreender a racionalidade desta prática na economia da «casa» e das relações sociais dentro de uma povoação, bem como entre esta e as outras aldeias, num tempo alargado. Tratava-se de uma abordagem do fenómeno numa sociedade rural, que se esvaziava desde o final dos anos 1950. O contrabando, punido pelas leis em vigor por prejudicar a economia nacional, foi um elemento importante e generalizado. Complementava as formas

outras. Como artefacto do presente (Lowenthal 1985), sempre apto a ser reescrito e mostrado em novos formatos, conta com um conjunto de agentes — autarquias, professores, membros de associações — que procedem à sua divulgação e recriação, tornando-o visitável. Assim é com o contrabando do passado, mesmo se o silêncio e o segredo eram a sua alma enquanto foi negócio.

Fontes

Arquivo Distrital de Vila Real. 171o. *Livro das Obrigações de Soutelinho da Raia*, manuscrito.

Arquivo Distrital de Vila Real. 1740-1888. *Soutelinho da Raia - Casamentos*, manuscrito.

Arquivo Distrital de Vila Real. 1861-1864. *Freguesia de Soutelinho da Raia — Casamentos*, manuscrito.

Arquivo Distrital de Vila Real, 1865-89, *Freguesia de Soutelinho da Raia — Casamentos*, manuscrito.

Governo Civil de Vila Real. 1944-47. *Correspondência recebida do concelho de Chaves*, Vila Real: Arquivo Distrital.

Governo Civil de Vila Real. 1939-4. *Respostas a Circulares*. Vila Real: Arquivo Distrital.

Governo Civil de Vila Real. 1935-1944. *Correspondência Confidencial*. Vila Real: Arquivo Distrital.

Governo Civil de Vila Real. 1944-1948. *Correspondência Confidencial*. Vila Real: Arquivo Distrital.

Guarda Fiscal. s/d. *Livro de Registo de Entrada de Correspondência Confidencial*. Livro manuscrito. Porto: Arquivo do Grupo Fiscal da GNR. Guarda Fiscal. 1946. *Ordens do Batalhão n.º 3*. Porto.

Guarda Fiscal. 1947. *Ordens do Batalhão n.º 3*. Porto.

Guarda Fiscal. 1947. *Ordem de Serviço n.º o do Batalhão n.º 3*. 31 de Maio. Porto.

<http://diccionarios.elmundo.es>.

- Junta de Freguesia de Lamadarcos. 1885-1975. *Livros das Sessões*. Lamadarcos, manuscrito.
- Junta de Freguesia de Soutelinho da Raia. 1926-1935. *Livros das Seções*. Soutelinho, manuscrito.
- Junta de Freguesia de Soutelinho da Raia. 1936-1974. *Livros das Seções*. Soutelinho, manuscrito.
- Junta de Freguesia de Vilarelho da Raia. 1882-1891. *Livro de Actas da Junta de Parochia da Freguesia de Vilarelho da Raia*. Vilarelho da Raia, manuscrito.

Bibliografia

- ALVAREZ, Robert R. Jr. 1995. «The Mexican-US border: the making of an anthropology of borderland». *Annual Review of Anthropology*, 24; 447-47°.
- ALVAREZ, Robert R. Jr. 1996. «Border studies». David Levinson e Melvin Ember (eds.) *Encyclopedia of Cultural Antropology*. New York: Henry Holt and Company: 147-149.
- ARAÚJO, Eduardo e Francisco Filipe Pires. 2005. «Memórias da Raia — A Fronteira como elemento central na construção identitária de uma comunidade do norte transmontano português». *Lethes — Cadernos Culturais do Limia*, Centro de Cultura Popular do Limia, Xinzo de Limia, 6: 108-113.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. 1996. «Declínio de um tempo longo», Joaquim Pais de Brito, Fernando Oliveira Baptista e Benjamin Pereira (coords.) *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura: 33-75.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. 2004. «Espanha e Portugal: um século de questão agrária». Dulce Freire, Inês Fonseca e Paula Godinho (coords.) *Mundo Rural — Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século)30*. Lisboa: Edições Colibri, 15-54.
- BASTO, Artur de Magalhães. 1923. *A Fronteira Hispano-Portuguesa (Ensaio de Geografia Política)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- BENSA, Alban. 2001. «Fièvres d'histoire dans la France Contemporaine», Ajbân Bensa e Daniel Fabre (orgs.) *Une Histoire à Sai*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 1-12.
- BENSA, Alban.. 2006. *La Fin des Exotismes — Essais d'Anthropologie Critique*. Toulouse: Anarcharsis.
- BLUTEAU, Pe. D. Raphael. 1712. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- BOLTANSKI, Luc; Chiapello, Ève. 1999. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- CARDOSO, Pe. Luís, col. 1758. *Memórias Paroquiais*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- CASANOVA, Julián. 2002. «Una dictadura de cuarenta anos». Julián Casa-nova (org.) Morir, Matar, Sobrevivir — *La Violencia en ia Ditadura de Franco*. Barcelona: Crítica, 1-50.
- CASTELLS, Manuel. 2003 [19981. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura — O Fim do Milénio*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHEVALIER, Denis. 2000. «Avant-propos». Michel Rautenberg et ai. (orgs.) *Cam, pagnes de Tous nos Désirs*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, Ix-xv.
- COMAS D'Argemir, Dolores. 1999. «La frontera imprescindible. El cultivo y la producción de tabaco en. Andorra», Juan Pujadas Murioz; Emma Martín Díaz e Joaquim Pais de Brito (orgs.). *Globalización, Fronteras Culturales y Políticas y Ciudadanía*. Santiago de Compostela: Federación de asociaciones de Antropología del Estado Español/Asociación Galega de Antropología, 69-78.
- DONNAN, H. e T. M. Wilson. 1999. *Borders: Frontiers of Identity. Nation and State*. Oxford/New York: Berg.
- DIRECÇÃO Geral da Alfândega de Lisboa. 1918. N.º 5— *Repressão de Contrabando de Gado na Fronteira. Permissão de Entrada de Carnes Verdes Ovinas, Caprinas e Suínas pelas Barreiras de Lisboa — Outras Disposições Concernentes ao mesmo assunto*. Lisboa.

- DIRECÇÃO Geral das Alfândegas. 1939. *Boletim da Direcção Geral das Alfândegas*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- GODINHO, Paula. 1995. «O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana». *A Trabe de Ouro*, Tomo II, Ano VI, Abril-Xufm. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 209-222.
- GODINHO, Paula. 2003. «Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema». CD-Rom *Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*. *Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*: Bragança, 23-4,, Outubro de 2003.
- GODINHO, Paula. 2005. «Nações na fronteira: patrimonializações na raia galaico-portuguesa», *Patrimonio Cultural: Politizações e Mercantilizações*. *Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español*: Sevilla, Setembro de 2005.
- GODINHO, Paula. 2006. *O Leito e as Margens Estratégias Familiares de Renovação e Situações Liminares em Seis Aldeias do Alto Trás-os - Montes Raiano (1880-1988)*. Lisboa: Colibri.
- GODINHO, Paula. 2007a. «Fronteira, ditaduras ibéricas e acontecimentos localizados — O manto espesso de silêncio sobre dois momentos». Manuela Cunha e Luís Cunha (orgs.) *Intersecções Ibéricas — Margens, Passagens e Fronteiras*. Lisboa: 90 Graus Editora, 55-70.
- GODINHO, Paula. 2007b. «Fronteira desvanecida: recomunitarização e estratégias patrimonializantes na raia». Xosé Manuel Cid e Américo Peres (orgs.) *Educación Social, Animación Sociocultural y Desarrollo Comunitario. vol I*. Vigo: Universidad de Vigo/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 293-304.
- GODINHO, Paula. 2007c. *Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo*, [http://www.ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/o5_Paula_Godinho \[1\] . pdf](http://www.ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/o5_Paula_Godinho%20[1].pdf), *Arquivos da Memória on-line*, n.º 2, 18 pp.
- GRAMA() SEOANE, Emilio. 2001. «A raia que deixou de selo. A fronteira galego-portuguesa em xullo de 1936» in x. Balboa López e H. Pernas Oroza (ed.) *Entre Nós Estudos de Arte, Xeografía e Historia en Homenaxe ó Professor Xosé Manuel Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 999-10.

- JUSTINO, David. 1988 e 1989. *A Formação do Espaço Económico Nacional (1810-1913)*. 2 volumes. Lisboa: Vega.
- LOWENTHAL, David. 1985. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACHADO, José Pedro. 1977 [1952]. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 3.a edição.
- MELÓN Jiménez, Miguel Ángel. 1999. *Hacienda. Comercio y Contrabando en la Frontera de Portugal (siglas xv-xviii)*. Cáceras: Cicon Ediciones.
- MONCUSÍ Ferré, Albert. 2005. *Fonteres. Identitats Nacionais I Integración Europea*. Valência: Editorial Afers University of València.
- PORTELA, José. 1999. «O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. vol. 39 (1-2): 45-65.
- PUJADAs Muñoz, Juan; D.Comas d'Argemir, A. Moncusí; C. Martínez. 1999. «Divididos por la frontera?: Vínculos sociales y económicos entre la Cerdaria espariola y la francesa». Juan Pujadas Murioz; Emma Martín Díaz e Joaquim Pais de Brito (orgs.) *Clobalización. Fronteras Culturales y Políticas y Ciudadanía*. Santiago de Compostela: Federación de Asociacions de Antropologia dei Estado Espariol/Asociación Galega de Antropoloxia: 143-155.
- RAUTENBERG, Michel. et al. 2000. *Campagnes de Tous nos Désirs*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme.
- RAUTENBERG, Michel; André Micoud, Laurence Bérard, Philippe Marchenay. 2000. «Introduction — Patrimoine rural et campagne: acteurs et questions d'échelles». Michel Rautenberg et al. (orgs.) *Campagnes de Tous nos Désirs*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme: 1-10.
- REDFIELD, Robert .1989a [1955]. *The Little Corarnunity*. Chicago: University of Chicago Press.
- REDFIELD, Robert. 1989b [1956]. *Peasant Society and Culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- SAHLINS, Peter. 1996 [1989]. *Frontières et Identités Nationales — La France et l'Espagn,e dans les Pyrénées depois le xviiiè siècle*. Paris: Belin (prefácio de Bernard Lepetit).

- SANTOS, J. Albano. 1983. *A Economia Subterrânea*. Lisboa: Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- SCOTT, James. 1976. *The Morai Economy of the Peasant. Rebellion and Subsistence in the Southeast Asia*, New Haven: Yale University Press.
- SCOTT, James. 1985. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University Press
- SCOTT, James. 1990. *Domination and the Arts of Resistance Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press.
- SILVA, António de Moraes e. 1951 [1813]. *Grande Dicionário da «Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 10.ª edição.

LA «RAIA» GALAICO-PORTUGUESA EN TIEMPOS CONVULSOS.
NUEVAS INTERPRETACIONES SOBRE EL CONTROL POLÍTICO Y LA CULTURA
DE FRONTERA EN LAS DICTADURAS IBÉRICAS (1936-1945)

Daniel Lanero Táboas
Antonio Míguez Macho
Ángel Rodríguez Gallardo

EN ESTE TRABAJO pretendemos analizar la particular situación por la que atravesó la frontera galaico-portuguesa entre el estallido de la Guerra Civil española (1936) y el fin de la II Guerra mundial (1945). Al nuevo escenario político global, el Estado Novo portugués y la dictadura franquista sumaron medidas específicas en torno al control de las fronteras y la fiscalidad de los respectivos Estados, que alteraron las estrategias de reproducción económica de las poblaciones campesinas «*raianas*», en especial la práctica estructural del contrabando. La permanente presencia a lo largo de estos años de refugiados políticos españoles que huían de la represión franquista, introdujo también un elemento novedoso, con múltiples implicaciones (económicas, sociales e incluso políticas) en la dinámica de funcionamiento de estas comunidades.

1. La economía moral del campesino «*raiano*» durante la Guerra Civil

DE ADMITIR como punto de partida la tesis de Scott sobre las formas cotidianas de resistencia propias de los campesinos como estrategias de supervivencia de escasa tensión política (Scott 1985), el inicio de

la Guerra Civil española debió de perturbar la gestión de esas «*armas de los débiles*» , al verse alteradas sus actividades habituales de trabajo o de relación social, en las que normalmente estaban integradas tales estrategias.

El interrogante es cómo se modificaron esas formas cotidianas de resistencia campesina con el comienzo de la Guerra Civil española, especialmente en las poblaciones fronterizas gallegas y portuguesas, y, sobre todo, con la presencia de emigrantes/exiliados/refugiados/prófugos (Groppi 2003 y Núñez Seixas 2006), que huían de la guerra, de la represión o de la movilización militar.

Sabemos que las consecuencias políticas de la «*guerra de España*» modificaron significativamente la vida de las poblaciones campesinas «*raianas*» . A ambos lados de la frontera escasearon los productos de primera necesidad: en los dos países se impusieron casi simultáneamente regímenes de racionamiento controlados, regulados y fiscalizados por organismos oficiales, que provocaron como consecuencia más evidente largos periodos de hambre y miseria, contra los que las poblaciones campesinas hubieron de recurrir a estrategias de resistencia o autoayuda— entre ellas el contrabando — , cuyas mecánicas de actuación se amparaban en una irregular programación, en las redes informales transfronterizas y en el secretismo de las actividades clandestinas.

La cuestión que debatiremos en este apartado del trabajo es cómo la «*ética de subsistencia*» (Scott 1976) de las comunidades rurales «*raianas*» reaccionó ante la llegada de refugiados de la guerra de España, cómo asumieron los campesinos «*raianos*» esa presencia, no siempre novedosa, al ser simplemente muchos de esos refugiados sus vecinos transfronterizos. Porque además ese tráfico y permanencia, estable o no, de refugiados en las tierras fronterizas atrajo una afluencia esperable de miembros de la policía, de la guardia republicana o del ejército, a ambos lados de la «*raia*», alterando aún más el desenvolvimiento natural de las «*formas de resistencia cotidianas*» .

Finalmente, quisiéramos insistir en una idea que se ha venido insinuado en el texto. Existe una relación directamente proporcional entre la práctica del contrabando y el nivel de corrupción de una sociedad. Y esto se hace aún más evidente bajo dictaduras como el Salazarismo y el Franquismo. En el caso de este último, el que mejor conocemos, se dio una auténtica mutación de los valores sociales que tuvo también consecuencias sobre la interpretación colectiva del contrabando y que, en cierto modo, ha llegado hasta nuestro presente. No vamos a defender aquí que el contrabando era inexistente antes de 1936, desde luego, ni que no hubiera sectores de la sociedad española más o menos amplios que lo consideraran como una actividad «normal», «legítima» o «no reprochable moralmente»... Sin embargo, el franquismo, desde el comienzo hasta el mismo final de la dictadura, permitió y sancionó mecanismos de enriquecimiento y de ascenso social fuertemente inmorales, que ayudaron a ampliar de un modo importante su base de apoyo social y político.

Este fue el caso de los grandes contrabandistas, los cuales en un contexto de pobreza extrema y de rígida intervención económica, que afectaba a la gran mayoría de la población, consiguieron acumular grandes capitales en muy cortos periodos de tiempo, gracias a la connivencia y a la corrupción de las autoridades políticas del «Nuevo Estado». Cabe entonces, preguntarse, qué efectos tuvo sobre la sociedad española de la posguerra este tipo de ejemplos de «éxito» social, y si sirvieron o no para que, en ciertos casos, algunos contrabandistas dedicados al predominante «*contrabando de supervivencia*» intentasen cambiar de categoría.

Bibliografía

- ABAD Gallego, X. C. 2005. *Héroes o Forajidos. «Fuxidos» y Guerrilleros Antifranquistas en la Comarca de Vigo*, Vigo: Instituto de Estudios Vigüeses.
- BERTAUX, Daniel. 1993. *Les Récits de Vie*, Nathan: Université.

- BRITES Rosa, E. 2006. *O Papel da Fronteira Luso-Galaica na Questão dos Refugiados da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, Trabajo de Investigación Tutelado, Universidad de Santiago de Compostela, inédito.
- CABAMAS, António. 2006. *Carregos. Contrabando na Raia Central*, Lisboa: Artemágica.
- CRESPO, Jorge. 1999. «Contrabando, o jogo do jogo: do social e do cultural nos modos de reproduzir e perenizar os quadros sociais da memória», Seminario *Autarquia e Contrabando na Sociedade de Posguerra*, Ourense.
- CUNHA, Luís. 2006. «Dinâmicas e processos de transformação económica: do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior», *Etnográfica*, Vol. X (2), 251-262.
- DOMÍNGUES, J. 2007. «A pastorícia e passagem de gado na Serra do Laboreiro», *Boletim Cultural de Melgaço*, 87-107.
- FONSECA, Inês, y Dulce Freire. 2003. «'O contrabandista, já se sabe, era da oposição'. Discursos em torno do contrabando», *Prohistoria*, Ano VII, n.º 7, 51-74.
- FREIRE, Dulce; Inês Fonseca, y Paula Godinho. 1997. «O dilema do Estado Novo: 'A criação duma verdadeira política rural, ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la>>», en *Arquivos da Memória*, n.º 3, 35-52.
- GODINHO, Paula. 1995. «O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana», en *A Trabe de Ouro*, n.º 22, 209-222.
- GODINHO, Paula. 1999. «Contrabando, orlas e fronteiras: a construção de uma cultura liminar», Seminario *Autarquia e Contrabando na Sociedade de Posguerra*, Ourense.
- GROPPO, B. 2003. «Exilés et réfugiés: L'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle>>», *Historia Actual Online*, 2 (otorio 2003), 69-79.
- LEMERT, E.M. 1951. *Social Pathology*, New York: McGraw-Hill.
- MARTÍNEZ de Vicente, P., y A. Egido. 2004. «Miranda de Ebro: los insospechados cauces de una red de evasión internacional (Homenaje a los gallegos cooperantes del Mi6)», *Cuadernos Republicanos*, 55, 15-31.

- NOVELLE López, L. 2007. «Para ganarse algo conto que atender alas necesidades de la vida. Unha aproximación ó contrabando na raia ourensá durante o "ano da fame"», en Congreso Internacional da Raia, 1936-1952, represión, resistencia e memoria, Ourense, marzo 2007, en prensa.
- NÚREZ Seixas, Xosé Manoel. 2006. «Trayectorias del destierro. Una aproximación al exilio gallego de 1936-1939», en De Juana, J., y Prada Rodriguez, J. (coords.), Lo que Han Hecho en Galicia. Violencia Política, Represión y (1936-1939), Barcelona: Crítica, 239-275.
- PIMENTEL, Irene Flunser. 2006. Judeus em Portugal Durante a H Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto, Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PRADA Rodriguez, X., y Soutelo Vázquez, Raul. 1998. «As estratexias de supervivencia económica na posguerra: mercado negro, acaparamento e ocultación>>», en Historia Nova V. Actas do V Congreso de Xoves Historiadores de Galicia, Santiago de Compostela, 177-214.
- ROCHA Novoa, M. 2002. As Consecuencias Socio - Históricas do Estraperlo. O Condado, 794,o-1990, Santiago de Compostela, Trabajo de Investigación Tutelado inédito.
- RODRÍGUEZ Gallardo, Ángel. 2006. O Ruído da Morte. A Represión Franquista en Ponteareas, 1936 -1939 , Sada/ A Coruña: Edicións do Castro. RODRÍGUEZ Gallardo, Ángel. 2008. «Galegos, vítimas de Salazar» in A Trabe de Oro. Publicación Galega de Pensamento Crítico, 75, 393-407.
- SANTOS, P. R. 1985. Génese e Estrutura da Guarda Fiscal, Lisboa.
- SCHMITT, C. 1941. Estudios políticos, Cultura Española, Madrid.
- SCOTT, James. 1976. The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and Subsistence in the Southeast Asia, New Haven: Yale University Press.
- SCOTT, James. 1985. Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance , New Haven: Yale University Press.
- SCOTT, James. 1997. «Formas cotidianas de rebelión campesina» en Historia Social, nº 28, pp. 13-39.
- SCOTT, James. 2003. Los dominados y el Arte de la Resistencia: Discursos Ocultos, Tafalla: Txalaparta.
- SEVILLANO, F. 2007. La Representación del Enemigo en la Guerra Civil, Madrid: Alianza.

- SOUTELO Vázquez, Raul. X001. *Galicia nos Tempos de Medo e Fame: Autarquia, Sociedade e Mercado Negro no Primeiro Franquismo, 1936-1959*, Santiago de Compostela: IDEGA — Universidade de Santiago de Compostela.
- THOMPSON, E. p. 1989. *La Formación de la Clase Obrera en Inglaterra*, Barcelona: Crítica.
- THOMPSON, E.P. 1979. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios Sobre la Crisis de la Sociedad Preindustrial*, Barcelona: Crítica.
- THOMPSON, E.P. (1995), *Costumbres en común*, Barcelona: Crítica.
- VAN Dijk, T.A. 1998. *Ideology. A Multidisciplinary- Approach*, London: Sage Publications Ltd.

«LA EMPRESA MÁS GRANDE QUE TEMA EL GOBIERNO PORTUGUÉS
Y EL ESPAÑOL ERA EL CONTRABANDO. »
PRÁTICAS E DISCURSOS SOBRE CONTRABANDO
NA RAIA DO CONCELHO DE IDANHA-A- NOVA

Eduarda Rovisco

Nota prévia

NO DECURSO de um trabalho de campo realizado entre Janeiro de 2003 e Dezembro de 2005 na raia de Idanha-a-Nova, Sabugal e Comarca de Alcántara, no âmbito de uma investigação sobre práticas de fronteira e processos de identificação na raia central luso—espanhola¹, o contrabando revelou-se um tema omnipresente nos discursos dos meus interlocutores. Fosse o seu mote a Guerra Civil de Espanha, as representações sobre as populações do outro lado da raia, ou a abertura da fronteira, a maioria das conversas conduziam ao contrabando, corroborando a afirmação de Fátima Amante de que «o raiano não concebe a existência da fronteira sem o contrabando, nem consegue definir aquilo que é a fronteira sem ser por referência explícita e directa à prática do contrabando» (Amante 004: 133). Esta ubiquidade do contrabando nas narrativas sobre a fronteira luso-espanhola tornou este tema, mais do que incontornável, o próprio núcleo desta investigação. Neste núcleo, fundeei a abordagem de outros temas que, todavia, para os meus interlocutores, não superaram a condição de satélites, gravitando em

¹ Investigação realizada no âmbito de um doutoramento em antropologia no ISCTE, financiada pela FCT.

volta do contrabando enquanto eixo central dos discursos sobre a fronteira, e em torno do qual me pareceu aconselhável desenrolar o meu trabalho.

Este texto deriva de alguns resultados desta investigação¹. Tendo sido produzido com o intuito de se ajustar aos restantes textos incluídos nesta obra, negligenciei o tratamento de questões que constituíram objecto de análise autonomizada em outros artigos. São exemplo de questões que descurei as relações entre contrabando e Guerra Civil de Espanha (analisadas por Dulce Simões), a patrimonialização do contrabando (examinada por Luís Silva), ou os conteúdos pertinentemente analisados por Luís Cunha em torno do modelo hegemónico das narrativas sobre contrabando que «*secundariza visões mais complexas*» e se contrapõe à «*história possível*». Chamo a atenção para a proficuidade da leitura deste último texto para um mais cabal e rigoroso entendimento do meu artigo que, em certa medida, constitui o seu avesso, ao tentar dar conta dessas visões mais complexas e assim contribuir para a produção da «*história possível*» do contrabando na raia de Idanha entre o fim da Guerra Civil de Espanha e a abertura da fronteira à livre circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais decorrente da entrada em vigor do Mercado Único Europeu.

Apesar de este texto se centrar em duas freguesias da raia de Idanha-a-Nova (Salvaterra do Extremo e Penha Garcia), recorro a materiais colhidos no decurso de três anos de trabalho de campo nestas duas localidades e ainda no Soito (Sabugal) e Zarza la Mayor (Cáceres). Suporto-me ainda de entrevistas efectuadas em outras povoações, e de materiais de fundos documentais do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, do Arquivo do Tribunal Judicial da Comarca de Idanha-a-Nova, e do Archivo del Ayuntamiento de Zarza la Mayor.

¹ Retomando parte da análise efectuada em Rovisco (2008).

Estes mecanismos de encenação do conflito entre contrabandistas e autoridades foram recentemente recuperados e reciclados nos processos contemporâneos de turistificação do contrabando de que nos fala Luís Silva neste volume. Este processo de mercadorização do contrabando enquanto produto turístico assenta na realização de rotas do contrabando que, em alguns casos, encenam este conflito num jogo de polícias e ladrões baseado em fugas, perseguições e capturas incitando à «prática desportiva» e a «viver as emoções do contrabando». Note-se que a encenação deste conflito tem contribuído para o perpetuar de representações sobre contrabandistas como heróis exteriores à nação e em certa medida, à cultura, dificilmente conciliáveis com representações persistentes sobre as áreas rurais em geral, e sobre as fronteiras em particular, enquanto redutos de portugalidade. Óbices de conciliação responsáveis pelo sistemático enquadramento das rotas do contrabando no formato do turismo natureza ou aventura, particularmente evidentes em Idanha-a-Nova que se apresenta, em folhetos distribuídos nos postos de turismo do concelho, como «o concelho mais português de Portugal» (Rovisco 2,008).

Bibliografia:

- AAVV. 2001. *O Contrabando e Outras Histórias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AAVV. 2007. *Jornadas do Contrabando*. Actas. Sabugal: Sabugal +.
- ALVES, Jorge Fernandes. 1987. *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- AMANTE, Fátima. 2004. *Fronteira e Identidade. Construção e Representação Identitárias na Raia luso-espanhola*. Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, policopiado.
- BALLESTEROS Doncel, António. 2000 (1971). *Los Mochileros*. Badajoz: Diputación de Badajoz.

- CABANAS, Antonio. 2006. Carregas. Contrabando na Raia Central. Lisboa: Artemágica.
- CABEZUDO Rodas, Ana M. e José L. Gutiérrez Casalá. 2007. El Contrabando. Crónicas de una Extremadura Amarga. Badajoz.
- CAIRO, José dos Santos. 1967. Manual do Guarda Fiscal. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa.
- CONNERTON, Paul. 1999. Como as Sociedades Recordam. Oeiras: Celta Editora.
- COUTING, Susan Bibler. 2005. «Being en route». *American Anthropologist*, 107 (2):195-206.
- CUNHA, Luís. 2006. Memória Social em Campo Maior. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- FERNANDES, Margarida. 2006. Terra de Catarina. Do Latifúndio à Reforma Agrária. Ocupação de Terras em Baleizão. Oeiras: Celta Editora.
- FLYNN, Donna K.. 1997. 'We are the border' Identity, exchange and state along Benin-Nigeria Border». *American Ethnologist*, 24 (2): 311-330.
- FREIRE, Manuel Leal. 2001. Contrabando, Delito mas não Pecado. Guarda: Edição de autor.
- GODINI-10, Paula. 1995. «O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana». *A Trabe de Ouro*, II: 209-222.
- Luz, Inês. 1998. O Contrabando em Montalvão. Estudo sobre o Contrabando Tradicional. Monografia para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, policopiado.
- MEDINA Garcia, Eusebio. 2003. Contrabando en la Raya de Portugal, Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres.
- MELÓN Jiménez, Miguel Ángel. 1999. Hacienda, Comercio y Contrabando en la Frontera de Portugal (siglas xv-xvi11). Cáceres: Cicon Ediciones.
- Ministério das Finanças. 1962. Actividades da Guarda Fiscal —Anos de 17953 a 17961, Lisboa: Comando Geral da Guarda Fiscal.
- Ministério das Finanças. 1965. Actividades da Guarda Fiscal durante os períodos de 1962- 64. Lisboa: Comando Geral da Guarda Fiscal.

- Ministério das Finanças. 1968. *Actividades da Guarda Fiscal durante os perlo-dos de 1965 a 1967*. Lisboa: Comando Geral da Guarda Fiscal.
- Ministério das Finanças. 1971. *Actividades da Guarda Fiscal durante os períodos de 1968 a 1970*. Lisboa: Comando Geral da Guarda Fiscal.
- NAMORA, Fernando. 1994 [1950]. *A noite e a Madrugada*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- NIGER-THOMAS, Margeret. 2001. «Women and the art of smuggling». *African Studies Review*, , 44 (2): 43-70.
- PERALES Díaz, José António. 2004. *Fronteras y Contrabando en el Pirineo Occidental* . Pamplona: Institución Príncipe de Viana.
- PIRERO Fuentes. David. 1994. *Basadiga. Condenados al Contrabando*. Cáceres: Edição de autor.
- RIBEIRO, Orlando. 1994 [1944]. «Beira Baixa». AAVV, *Guia de Portugal*, II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 625-639.
- ROVISCO, Eduarda. 2008. «Contrabandos no "Concelho Mais Português de Portugal"» . (Con)textos. *Revista d'antropologia i investigació social*,2: 18-35.
- SAHLINS, Peter. 1991. *Boundaries. The Making of France and Spain in the Pyrenees*. Berkeley/Los Angeles/Oxford : University of California Press.
- SALVADO, Pedro. 1996. *Relações Transfronteiriças na Raia do Concelho de Idanha-a-Nova*. Dissertação de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, policopiado.
- SANTINHO, Cristina. 1984. *Quadrazais. Terra de contrabando*. Trabalho executado para a cadeira seminário de Investigação da Licenciatura em Antropologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, policopiado.
- SANTOS, Pedro Ribeiro. 1985. *Génese e Estrutura da Guarda Fiscal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SILVA, Luís. 1999. *Identidade Nacional. Práticas e Representações num Contexto de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.

- SILVA, Luís. 2006 *Processos de Mudança nos Campos. O Turismo em Espaço Rural*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.
- TOBIAS, Peter. 1982. «The socioeconomic context of Grenadian smuggling» . *Journal of Anthropological Research*, 38 (4): 380-400.
- URIARTE, Luis. 1994. *La Codosera. Cultura de Fronteras e Fronteras Culturales en la Raza Luso- Estremeria* . Mérida: Asamblea de Extremadura.
- VALCUENDE del Rio. J. M.. 1998. *Fronteras, Territórios e Identificacciones Colectivas*. Sevilha: Fundación Blas Infante.
- VICENTE, Ana. 1992. *Portugal visto pela Espanha. Correspondência diplomática 1936-1960*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Eusebio Medina García

1. Introducción y marco espacial de referencia

EN ESTE CAPÍTULO presentamos la información sobre el contrabando tradicional referidos a una amplia franja de frontera interior, a la zona extremeño -lusitana de la frontera — la Raya — ¹. La delimitación espacial abarca, concretamente, desde el norte de la provincia de Cáceres hasta el sur de la provincia de Badajoz, incluyendo a las comarcas extremeñas de Sierra de Gata, Tajo internacional, Sierra de San Pedro, Baldíos de Albuquerque, Badajoz, Olivenza y Sierra de Tentudía y sus colaterales distritos portugueses: Castelo Branco, Portalegre, Évora y Beja.

Este tramo de frontera interior se ha trazado históricamente con el concurso de algunos accidentes geográficos, especialmente con parte de las cuencas de algunos ríos como el Erjas, el Tajo y el Sever, en la zona norte (límite con la provincia de Cáceres), y del Guadiana y el Guadalquivir en la zona sur (límite con la provincia de Badajoz). No obstante, dicha frontera es una frontera política más que geográfica, ya que la mayor parte de su trazado se caracteriza por la continuidad paisajística, geomorfológica y la inexistencia de accidentes naturales².

¹ «Raya»: vulgarismo con el que se designa corrientemente a la frontera entre España y Portugal.

² A los tramos de frontera interior conformados por ríos fronterizos los denominamos «raya húmeda» o frontera de agua y al resto «raya seca».

Actualmente existen cinco importantes nodos de comunicación terrestre entre ambos lados de la frontera. El principal — la antigua frontera de Caya — conecta las ciudades de Badajoz y Elvas a través de la autovía Madrid-Lisboa. Dos de los secundarios se ubican en la zona norte: paso de Piedras Albas- Segura que comunica a las localidades de Alcántara y Castelo Branco, y paso Valencia de Alcántara-Portalegre/Marvão. Al sur de la ciudad de Badajoz encontramos el Nuevo Puente Ajuda que enlaza a Olivenza con la ciudad de Elvas y, por último, el paso de Villanueva del Fresno que comunica a las localidades de Villanueva del Fresno y Mourão.

Así pues, podemos caracterizar a este tramo interior de la frontera terrestre entre España y Portugal por la presencia en él de dos grandes ríos transfronterizos — el Tajo y el Guadiana —y la existencia de una de los grandes vías de comunicación terrestre con Portugal, quizá la más importante de toda la frontera — la antigua aduana de Caya — en las inmediaciones de la ciudad de Badajoz.

2. Caracterización socioeconómica de la frontera extremeño - alentejana

LAS COMARCAS y poblaciones fronterizas de Extremadura, Alentejo y Región Centro han permanecido apartadas de los centros de decisión política y de las principales rutas comerciales a lo largo de la historia. Este ancestral aislamiento, favorecido por la instauración de una «*frontera escudo*» entre los antiguos reinos peninsulares de Castilla y de Portugal, ha propiciado la pervivencia de enclaves naturales y de modos de vida tradicionales sin modificaciones sustanciales hasta nuestros días. La vida en la frontera discurreó prácticamente inalterable durante siglos, las gentes vivían sometidas a los poderes feudales, cultivaban las tierras y cuidaban al ganado; en tiempos de guerra se concentraban en torno a 10

visitando los pueblos, aldeas, cuarteles y caseríos de la comarca de Olivenza hasta principios de los años noventa. Tenemos constancia igualmente de la presencia de contrabandistas profesionales en las comarcas fronterizas de Elvas, Badajoz, Portalegre y de La Codosera hasta fechas recientes. Muchos de ellos murieron, y otros, ya retirados y entretenidos con otros menesteres, todavía viveu.

Bibliografia

- ANGULO, A. 1995. *Las Puertas de la Vida y la Muerte. La Administración Aduanera en las Provincias Vascas 0069(3-1780)*. Bilbao: Servicio Editorial del País Vasco.
- Anuario Estadístico de la Junta de Extremadura*. 1995-2005. Conserjería de Economía e Hacienda. Mérida: Junta de Extremadura.
- BALLESTEROS Doncel, A. 1971. *Los Mochileros*. Badajoz: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Badajoz.
- BARRIENTOS Alfajeme, G. 1986. *Extremadura ante Europa. Crisis de una Frontera*. Mérida: Universidad de Extremadura.
- BERNAL Estévez, A. 1998a. *Poblamiento, Transformación y Organización Social del Espacio Extremeño. S.XII-XV*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.
- BERNAL Estévez, A. 1998b. «La frontera en la Extremadura histórica medieval: Convivencia y enfrentamientos bélicos». En *II Estudios de Frontera. Actividad y Vida en la Frontera*. Jaén: Diputación de Jaén, 125-¹³⁸.
- BLANCO Carrasco, J. P. 1995. «Contrabando y prácticas ilícitas en la frontera extremeña. El informe de 1791». *Alcántara*, 35: 137-153.
- CAETANO, J. M. et al. 2005. *As Relações Comerciais Luso-Espanholas após a Adesão à União Europeia. Estados e Regiões Ibéricas na UE*. Mérida: Editora Regional.
- CORTÉS Cortés, F. 1991. *Militares y Guerra en una Tierra de Frontera*. Cuadernos Populares nº 35. Mérida: Editora Regional de Extremadura.

- ELIAS, N. 1982. «Ensayo acerca de las relaciones entre establecidos e forasteros» *Revista Espanhola de Investigaciones Sociológicas*, n.º 21.9-251.
- FEITO Alonso, R. 1997. *Estructura Social Contemporánea. Las lilases en los Países Industrializados* (2.a edición corregida). Madrid: Siglo XXI de Espana Editores, S.A.
- FONSECA, L. Aadão. 1987. «Alguns aspectos das relações entre Portugal e Castela em meados do século xvi (1449-1456)». *Revista da Faculdade de Letras. História*. N.º 3: 61-112.
- GONZÁLEZ Arce, J. D. 1998. «El almojarifazgo como derecho de frontera». En *II Estudios de Frontera. Actividad y Vida en la Frontera*. Jaén: Diputación de Jaén: 323-331.
- HINOJOSA Montalvo, J. 1998. «El comercio en la Península Ibérica en los siglos bajo medievales>>. En *II Estudios de Frontera. Actividad y Vida en la Frontera*. Jaén: Diputación de Jaén: 385-413.
- KÁVANAGH , W. 1997. «Fronteras simbólicas y fronteras reales en los limites entre Espana y Portugal». Ricardo Sanmartín Arce (coord.). *Antropologia sin Fronteras. Homenaje a Lisón Tolosana*. Madrid. Centro de Investigaciones Sociales: 645-659.
- KLEIN, J. 1961. *Estudio de los Grupos*. México. F.C.E. (1.a edición en espano°.
- LISÓN Tolosana, C. 1992. *Individuo, Estructura y Creatividad*. Madrid: Akal Universitaria.
- LISÓN Tolosana, C.1997. *Las Máscaras de la Identidad. Claves Antropológicas*. Barcelona: Ariel Antropologia.
- LORENZANA de la Puente, F. 1992. «Extremadura, siglos XVII y XVIII. La frontera como condicionante político». *Revista de Extremadura*,7 (2.a época): 49-70.
- LORENZANA de la Puente, F. 1993.«Los perfiles políticos e institucionales de Extremadura en la Edad Moderna». *Revista de Extremadura*,12 (2.a época): 41-56.
- MARAVALL, J. A. 1972. *Antiguos y Modernos: Visión de la Historia e Idea de Progreso Hasta el Renacimiento*. Madrid: Alianza Editorial.

- MEDINA Garcia, E. 2003. Contrabando en la Ray-a de Portugal. Cáceres: Institución Cultural El Brocense.
- MEDINA Garcia, E. 1998. «El contrabando de posguerra en la comarca de Olivenza». Revista de Estudios Extremos; tomo LV; n.º III: 1141-1168.
- MEDINA Garcia, E. 2008. «Trabajadores fronterizos y transfronterizos en España y Portugal a lo largo de la Historia». Revista de Estudios Extremos; LXIV, 1: 55-82.
- MELÓN, Miguel Á. 1999. Hacienda, Comercio y Contrabando en la Frontera con Portugal. Cáceres: Edición Ficón.
- MERTON, R.K. 197. Teoría y estructura sociales. México. Fondo de Cultura Económica.
- MITRE Fernández, E. (org.). 1997. Fronterizos y Fronterizos en la Historia. Valladolid: Universidad de Valladolid (Secretariado de publicaciones).
- MORENO, Baquero H. 1993. «Relações marítimas e comerciais entre Portugal na Baixa Andaluzia, nos séculos xiv e xv». Revista de História XII. Porto.
- NETO Salvado, M. A. 1992. «Migrações e fluxos comerciais na raia da beira interior». Revista de Extremadura, 7 (2.ª época): 37-48.
- PIMIENTA, A. 1946. Fuero Real de Alfonso X, o Sabio. Versão Portuguesa do Século XIII. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- PÉREZ Marin, T. 1993. Historia Rural de Extremadura. Crisis, Decadencia y Presión Fiscal en el Siglo XVII. El Partido de Llerena. Badajoz: Serv. Publicaciones de la Diputación de Badajoz.
- RAMÍREZ Gaicoechea, E. 1984. «Cuadrillas en el País Vasco: identidad local y revitalización étnica». REIS 25/84: 213-220.
- SÁNCHEZ Benito, José Ma, 1987. «Medidas de Política Comercial de la Monarquía Castellana: Límites a los Intercambios con Portugal». En II Jornadas Luso-Espaníolas de Historia Medieval: 805-819.
- SÁNCHEZ Horcajo, J.J. y Octavio Una, 1996. La Sociología. Textos Fundamentales. Madrid: Ediciones Libertarias/Prodhufi.
- SZTOMPKA, P. 1995. Sociología del cambio social. Madrid. Alianza editorial.
- URIARTE, L. M.ª 1994. La Codosera. Cultura de Fronteras y Fronteras Culturales en la Raya Luso-Extremela. Mérida: Asamblea de Extremadura.

- VAL Valdivieso, M.^a Isabel. 1987. «Mercaderes portugueses en Medina del Campo». En *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto: 591-608.
- WHITE, L. 1987. «Actitudes civiles de la guerra en Extremadura (1640 - - 68)». *Revista de Estudios Extremeños*, XLIV: 487 y ss.

Dulce Simões

Introdução

NOS ESTUDOS sobre zonas fronteiriças o contrabando surge como tema incontornável na análise do processo de interacção social entre populações raianas, direccionado para uma retórica unificadora de estratégias económicas. Ao mesmo tempo são analisados os mecanismos construídos e impostos pelos Estados, legitimando territórios, na defesa de interesses nacionais e no controlo das suas fronteiras (Uriarte 1994, Godinho 1995 e 2005, Sahlins 1996, Donnan e Wilson 1998, Valcuende del Río 1998, Hernández *et al.* 1999, Medina Garcia 2000, Sidaway 2002, Cunha 2006 e Amante 2007). Numa antinomia entre práticas locais e políticas nacionais o contrabando adquire diferentes significados. Por um lado justificado, numa lógica local, pelas carências económicas das populações que nele encontraram uma alternativa de sobrevivência, e por outro, penalizado juridicamente, numa lógica estatal, através de um corpo de leis, decretos e regulamentos que legitimam as fronteiras.

«La frontera es el limen diacrítico que marca las diferencias. Etimológicamente frontera deriva de frontero que a su vez viene de fronte que significa en primer lugar, que está enfrente y, en segundo, jefe militar que mandaba la frontera. (...) En síntesis: los diccionarios nos presentan

un incipiente campo léxico con dos núcleos conceptuales (frente ay/imite) y dos líneas de fuerza: función referencial (término divisorio de Estados, grupos, geografías y posesiones; proximidad a la línea diferenciadora) y sentido metafórico» (Lisón Tolosana 1994: 77).

A fronteira como demarcação político-administrativa é uma imposição do Estado a povoações que se encontram na sua periferia, impondo um sistema económico e social em torno de uma linha imaginária. Como nos diz Bernard Lepetit, é a partir de uma situação de indiferenciação maximal que se fixa a fronteira e se determinam as identidades nacionais (Sahlins 1996). Todavia, a fronteira pode representar um espaço estruturado, demarcado, ratificado, traçado e muitas vezes patrulhado, e simultaneamente um lugar liminar, marginal, ponto inicial, periférico, e por vezes transgredido (Sidaway 2002) e, neste sentido, a transgressão como forma de vida e a tensão entre a lógica estatal/local representam, em determinados casos, o que Luís Uriarte denominou por «*cultura de fronteira*».

«La Raya, al dividir y separar geopolíticamente dos estados-naciones soberanos trazando nítidas 'fronteras geopolíticas', y los estados naciones ai pretender enmarcar y "mantener a raya" (controlar) las poblaciones fronterizas, equiparando nacionalismo -territorialidad - cultura- etnicidad intentando formar 'fronteras culturales', curiosa y contrariamente, convierten a la Raya (divisoria) en la columna vertebral que articula y une a la Área Rayana (unificadora) y, precisamente por ello, configura un área cultural peculiar que tiene como eje medular la complementariedad y la interdependencia transfronteriza: Es la cultura de Frontera» (Uriarte 1994:229)

Nesta perspectiva, as povoações fronteiriças podem pertencer a um determinado Estado mas terem mais em comum com os seus vizinhos do outro lado da fronteira, porque as fronteiras não

mais alto, «desbaratando o dinheiro fácil» marcado pelo suor e pelo sangue de dezenas de corpos curvados, celebrando ostensivamente o sucesso dos proventos da guerra.

Hoje, as gentes de Barrancos recordam o tempo do contrabando ancorado na fome, no medo e na guerra, justificando a sua transversalidade social através de uma espécie de «mito» unificador da «comunidade», independentemente da desigualdade e da exploração real:

«Houve um tempo, em Barrancos, que quem não levava contrabando para a fronteira era o médico, e mesmo esse trocava pesetas»

Fontes

Fontes orais

Agostinho Carvalho (motorista, reformado, 77 anos)

Andreia Pica (trabalhadora rural, reformada, 82 anos)

António Borralho (comerciante, 73 anos)

António Caeiro (comerciante, 92 anos)

Carlos Caçador (vaqueiro, reformado, 82 anos)

Carlos Durão (comerciante, 75 anos)

Clemente Marques (comerciante, 81 anos)

Domingos Caiadas (trabalhador rural, reformado, 79 anos)

Francisca Agudo (trabalhadora rural, reformada, 81 anos)

Frederico Garcia (gestor agrícola, 73 anos)

José Ângelo (encarregado de armazém, reformado, 88 anos)

Manuel dos Santos (vaqueiro, reformado, 85 anos)

Maria Bárbara Rato (rancheira, reformada, 86 anos)

Maria José Bergano (trabalhadora rural, reformada, 76 anos)

Maria dos Remédios Guerreiro (trabalhadora rural, reformada, 81 anos)

Maria dos Remédios Ramos (trabalhadora rural, reformada, 83 anos)

Arquivos

Arquivo do Comando Geral da Guarda Fiscal

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

Arquivo do Governo Civil de Beja

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos

Arquivo Histórico Militar de Lisboa

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo — Arquivo Salazar,
Guarda Fiscal

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo — Ministério do Interior,
Gabinete do Ministro, Correspondência recebida

Arquivo da Junta de Freguesia de Barrancos

Bibliografia

AMANTE, Maria de Fátima. 2007. *Frenteira e Identidade. Construção e representação Identitárias na Raia Luso-Espanhola*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ANDERSON, Benedict. 2005. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

ASSOCIAÇÃO Barranquenha para o Desenvolvimento (org.). 2006. *Rota proibida. O Contrabando entre Barrancos e Encinasola*. Lisboa: Edições Colibri. BERGER, Peter e Thomas Luckmann. 1990. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes Lda.

DONNAN, Hastings e Thomas M. Wilson. 1998. *Borders Frontiers of Identity; Nation and State*. Cambridge: Cambridge University Press.

CUNHA, Luís. 2006. *Memória Social em Campo Maior*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

CUTILEIRO, José. 2004. *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte.

FERNANDES, Margarida. 2006. *Terra de Catarina. Do Latifúndio à Reforma Agrária. Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão*. Oeiras: Celta Editora.

- GODINHO, Paula. 1995. «O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da Raia Transmontana». *A Trabe de Ouro*. Tomo II, ano VI (); 209-222-
- GODINHO, Paula. 2003. «Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema». *CD-Rom Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*: Bragança, 23-4 Outubro de 2003.
- GODINHO, Paula. 2004. «"Maquisards" ou "atracadores"? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946». *O Cambedo da Raia — Solidariedade Galego-Portuguesa Silenciada*. Ourense: Asociación Amigos da Republica, 157-227.
- GODINHO, Paula. 2005. «Nações na fronteira: patrimonializações na raia galaico-portuguesa». *Patrimonio Cultural: Politizações e Mercantilizações*. Comunicação apresentada no Congresso da Federación de Antropologia del Estado Espariol. Sevilla: FAEE, Setembro de 2005.
- HERNÁNDEZ, Elodia León, Angeles Castaño Madroñal, Victoria Quintero Morón e Rafael Cáceres Feria. 1999. *Fiesta y Frontera*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- LISÓN Tolosana, Carmelo. 1994. «Antropologia de la frontera». *Antropologia Social*, 3: 75-104.
- MAUSS, Marcel. 2001. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- MARTINEZ Alier, Juan. 1968. *La Estabilidad del Latifundismo; Análisis de la Interdependencia entre Relaciones de Producción y Conciencia Social en la Agricultura Latifundista en la Campina de Córdoba*. Ediciones Ruedo Ibérico.
- MEDINA Garcia, Eusebio. 2000. *Contrabando en la Frontera de Portugal-genes, Estructuras, Conflicto y Cambio Social*. Tese de doutora Madrid: Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense.
- MEDINA Garcia, Eusebio. 2006. «Perfiles Estructurales de la Fr"te Hispano-Lusa (La Raya)>>. *Actas das VIII Jornadas do Departamento da Sociologia*. Évora: Universidade de Évora, 137-150.

- MONTAÑA Conchiña, Juan Luis de la. 2005. «El comercio en la frontera castellano-portuguesa: el ámbito extremeño (siglos xiii-xv)>>». *Espana Medieval*, 28: 81-96.
- MOREIRA, Vital. 2004. «O Sistema Jurídico-Constitucional do Estado Novo». *História de Portugal*. Amadora: Ediclube, XV: 405-491.
- RIBEIRO, Maria da Conceição. 1995. *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SALVADO, Pedro Miguel Neto dos Santos Forte. 1996. *Relações Transfronteiriças na Raia do Concelho de Idanha-a-Nova: Tempos, Espaço e Memória*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Universidade Nova de Lisboa, policopiado.
- SAHLINS, Peter. 1996. *Frontières et identités nationales, La France et l'Espagne dans les Pyrénées depuis le XVIIe siècle*. Paris: Belin.
- SCOTT, James. 1985. *Weapons of the Weak: Every-day Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University Press.
- SIDAWAY, James. 2002. «Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo -Andalucía) Borderlands», *Geopolitics*, 7-1: 139-164.
- SIMÕES, Maria Dulce. 2007. *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos, 7936*. Lisboa: Edições Colibri.
- THASSIO, Augusto. 2000. «Rosal de la Frontera en la Posguerra. Contrabando de Hambre». *XV Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra*. Aroche: Diputación de Huelva, 159-183.
- URIARTE, M. Luis. 1994. *La Codosera, Cultura de frontera y Fronteras Culturales*. Mérida: Asamblea de Extremadura.
- VALCUENDE del Río, José María. 1998. *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas. Interacción Social, Discursos Políticos y Procesos identitários en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa*. Sevilla: Fundación Blas Infante.
- VASCONCELLOS, J. A. C. 1884. *A Colonização do Alentejo*. Elvas: Tipografia Elvense.
- VASCONCELOS, José Leite de. 1955. *Filologia Barranquenha*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VIVIENDO DE LA FRONTERA: REDES SOCIALES Y SIGNIFICACIÓN
SIMBÓLICA DEL CONTRABANDO¹

José María Valcuende del Río
Rafael Cáceres Feria

Introducción

EL CONTRABANDO, además de una actividad económica, ha sido una forma de vida vinculada a la frontera. A través de las diversas formas de contrabando (*hacer la carrera de Portugal*, «*trasperlo*», «*hacer los portes*» etc.) se generaron sistemas de relaciones con un carácter diferencial, en función de los distintos sectores socioeconómicos que realizaron esta actividad. En las páginas siguientes analizaremos precisamente la significación de «los contrabandos» en la provincia de Huelva, y la resemantización que se ha producido a nivel local de la figura del contrabandista, en unos momentos en que la frontera política ha modificado sustancialmente su significación.

El análisis del contrabando nos enfrenta a diversos problemas. El primero, de tipo práctico, tiene que ver con su carácter más o menos oculto, lo que dificulta su cuantificación. El segundo, de carácter teórico, está relacionado con que esta actividad es definida en función de marcos legales. Es de hecho la regulación de la ley la que determina qué es o no contrabando, un aspecto fundamental

¹El texto presentado se enmarca en las líneas del Proyecto I+D financiado por el Ministerio de Educación Y Ciencia: *El Discurso Geopolítico de Las Fronteras en La Construcción Socio-Política de las Identidades Nacionales: El Caso de la Frontera Hispano-Portuguesa en los Siglos XIX y XX*.

que está estrechamente relacionado tanto con las lecturas sociales de la propia actividad como de quienes la desempeñan.

Parece claro que el contrabando fue fundamental en la España de la postguerra, más allá de los territorios fronterizos. No estamos hablando, únicamente, de una actividad exclusiva de la frontera, aunque la existencia de distintos controles, normativas, monedas, productos y precios, están en la base de cualquier tipo de comercio no reconocido oficialmente. Como ya han demostrado otros trabajos, las poblaciones fronterizas se han articulado precisamente a partir de la existencia de esta línea imaginaria (Douglass 1978, Strassoldo y Zotti 1982, Fernández de Cosevante 1985, Sahlins 1989, Kavanagh 1990, Lisón Tolosana 1994, Maclancy 1990, Valcuende del Río 1998, Hernández et al 1999). Es en este contexto que la «*existencia de mercados de géneros prohibidos introducidos fraudulentamente*» (*Diccionario de la Real Academia Española de la Lengua*) o que la «*introducción o exportación de género sin pagar los derechos de aduana a los que está sometido legalmente*» (*Diccionario de la Real Academia Española de la Lengua*), adquiere una significación especial a diferencia de lo que ocurre en otras poblaciones interiores. El contrabando en la frontera además de ser una actividad económica importante ha estado en la base de la conformación de redes sociales articuladas en diferentes países, que han posibilitado comerciar más allá de las imposiciones del Estado.

El contrabando tiene, de esta forma, una doble lectura. Primero: puede ser considerado como una estrategia de subsistencia de los actores locales frente a las imposiciones del Estado, lo que se hace especialmente evidente en las poblaciones fronterizas. Pero, además, puede ser entendido como «*un trabajo*» más (Cáceres Feria y Valcuende del Río 1996), para las personas que se especializaron en una etapa de su vida en este tipo de comercio al margen de la ley¹.

¹ Simões (2007) enriquece esta visión al señalar la importancia que tuvo el contrabando en la reproducción del sistema social, en cuanto que la actividad contrabandista corría por cuenta de los ingresos de las capas más desfavorecidas, como el es caso de los jornaleros.

«La Ruta del Contrabando, paralela al río Chanza, era utilizada por muchas personas para traer de la vecina Portugal productos de primera necesidad que escaseaban en la comarca, como harina y café. Si se tiene suerte y no hay apenas visitantes, en primavera uno puede tener la sensación de ser Adán en el Paraíso. »¹

Aunque para mucha gente mayor que participô directamente en este tipo de comercio el contrabando le evoca amargos recuerdos, parece claro que en la actualidad la actividad se está revalorizando y cargando de una nueva significación. El proceso de patrimonialización del contrabandista y del contrabando es posiblemente el sintoma dei fin de una época, que pasa, como en muchos otros casos, al escaparate turístico. En quê medida el contrabando puede ser también resignificado como referente de identificación local es otra cuestión que merece un desarrollo específico, que sobrepesa los límites de este capítulo.

Bibliografía

- ATAIDE de Oliveira, F.. 19c4. *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo Antonio*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- CÁCERES Féria, R., Angeles Castafio Madorral, Elodia Hernández Leo% Victoria Quintero Morón. 1993. «Tres localidades fronterizas. Percepción. y significación de la frontera>>. *Sistemas de Identidades .Y sa Expresión en las Sociedades Locales. Actas del VI congreso de Antropologia*, Tenerife: Federación de Asociaciones de Antropologia del Estado Espariol, 53-63.
- CÁCERES Féria, R y J. M. Valcuende del Rio. 1996. «Hacer los portes, el trasperlo y otras formas de contrabando». Palenzuela, P.(Coord.)

¹<http://www.flickr.com/photos/rduran/463028131/>. Consultado el 16 de Febrero de 2008.

- Antropología del Trabajo. VII Congreso de Antropología Social. Zaragoza: Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español.
- CASTAÑO Madroñal, A y Victoria Quintero Morón. 1995. «La nesta como vehioulo de relaciones interfronterizas. Las nuevas relaciones en el marco de la Unión Europea». Actas de las I Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda Hispano portuguesa(Tomo I). Badajoz: Escuela Taller de Aroche, 217-233.
- CUNHA, Luís. 2006. «A herença do contrabando: entre a memoria e o mercado». Valcuende, J. M. y Susana Narotzky (coords). Las políticas de la memoria en los sistemas democráticos. Barcelona: Federación. de Asociaciones de Antropología del Estado Español y Fundación el Monte, 91-108.
- DOUGLASS, W. 1978. «Influencias fronterizas de un pueblo navarro», Étnica, 11: 37-52.
- FEBNÁNDEZ de Casevante y Romaní, C.. 1985. La Frontera Hispano--Francesas las Relaciones de Vecindad. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- GODINHO, Paula. 2003. «Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema» CD- Rom Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais: Bragança, 23-24 Outubro de 2003.
- [HTTP://WWW.RAIAVIVA.ORG/INFO/WP-PT/WP-CONTENT/UPLOADS/o7/o/DO_ESTADO_CEGO . PD F](http://www.raiaiviva.org/info/wp-pt/wp-content/uploads/o7/o/DO_ESTADO_CEGO.PDF)
- HERNÁNDEZ León, Elodia et al, 1999. Fiestayfrontera. Transformaciones delas Expresiones Simbólicas en la Franja Fronteriza de Huelva. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- HERNÁNDEZ Leon, Elodia y Rafael Cáceres Feria. 1995. «La frontera entre Espana y Portugal: Relaciones interfronterizas en la provir-leia de Huelva». Actas de las I jornadas Transfronterizas sobre la Contienda Hispano-portuguesa (Tomo .1). Biblioteca de Estudios.Arochenos N.º 5: 189-200.
- KAVANAGH, William. 1990. «Fronteras simbólicas y fronteras reales». Lindeiros da Galeguidade I. Actas do Simposio de Antropoloxia. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 67-72.

- LISÓN Tolosana, C. 1994. «Antropología de la frontera». *Revista de Antropología Social* 3: 75- 104.
- MEDINA Garcia, Eusebio. 2006. «Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa». *Revista de Estudios Extrememos*, 6: 713-73.
- MACLANCY, J, 1990. «Los limites según perspectivas antropológicas». *Lindeiros da Galeguidade I. Actas do Simposio de Antropologia*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 11-15.
- NUNES, António Miguel Ascensão. 1985. *Alcoutim Capital do Nordeste Algarvio. Subsídios para uma Monografia*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- PEREIRO Pérez, X. 2006. «Museos, turismo y desarrollo local en el norte de Portugal» Arrieta, I. (coord.) *Museos, Memoria y Turismo. Actas do Encontro Internacional sobre Museus da UPV*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 189-06.
- SAHLINS, P, 1989. *Boundaries. The Making of France and Spain in the Pyrenees*. New California Press.
- SIMÕES, Dulce. 2007. *Barrancos na Encruzillada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos, 1936*. Barrancos: Câmara Municipal de Barrancos.
- STRASSOLDO, R. ed. G. Delli Zotty. 198. *Cooperation and Conflict in Border Areas*. Milano: Franco Angeli Editore.
- URIARTE, L. 1994. *La Codosera: Cultura de Fronteras y Fronteras Culturales en la Raya Luso - española*. Mérida: Asamblea de Extremadura.
- VALCUENDE del Río, J. M. 1995. «Los "portugueses" del Río». *Actas de las 1 Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda Hispano-portuguesa (Tomo I)*. Biblioteca de Estudios Arochenos n.º 5, 201-216.
- VALCUENDE del Río, J. M.. 1998. *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas*. Sevilla: Fundación Blas Infante.

Inês Fonseca

Dulce Freire

Introdução

NO DECORRER de uma conversa sobre contrabando, foi expressa por um contrabandista uma convicção: a de que «*o contrabandista, já se sabe, era da oposição*». A partir desta frase surgiram-nos algumas questões que pretendemos aqui desenvolver: por um lado, a associação feita entre a actividade de resistência política e a actividade de sobrevivência económica e, por outro lado, os discursos elaborados pelos indivíduos, consoante os contextos, como justificação/explicação das suas vidas e do seu passado.

O presente texto resulta de um projecto de investigação intitulado «*Resistência e Agitação no Contexto Rural Português 1926 -1974*»², que decorreu no Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Tratou-se de uma pesquisa levada a cabo por uma equipa multidisciplinar (Inês Fonseca, Dulce Freire e Paula Godinho) no âmbito do qual foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas em arquivos nacionais e locais, bem como deslocações em trabalho de campo

¹ A versão original deste texto foi publicada, sob o mesmo título, na revista *Prohistoria* (Buenos Aires/Argentina). 2003, n.º 7, pp. 51-74.

² Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, desenvolvido entre 1997 e 1999, sob a orientação de Jorge Crespo (coordenador responsável) — Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa — e de Fernando Rosas — Instituto de História Contemporânea, ambas as unidades de investigação pertencentes à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

extensivo a diversos pontos do país, sobre movimentos sociais nos campos durante o referido período.

Com a apresentação das conclusões obtidas, respondemos a duas questões relativamente aos movimentos sociais ocorridos durante o Estado Novo: porque é que os indivíduos resistiam e/ou lutavam (quais as causas da sua mobilização) e como é que eles o faziam (as formas que assumia essa mobilização). Partindo de diversas situações em que recenseámos a ocorrência de movimentos de resistência e protesto (mais ou menos declarados), identificámos várias causas que estiveram na sua origem e que decidimos organizar em nove temáticas genéricas (Freire, Fonseca e Godinho 1997): a florestação de terrenos baldios, a criação de colonatos, a realização de obras públicas e de hidráulica agrícola, a organização corporativa, situações conjunturais (como a Guerra Civil de Espanha e II Guerra Mundial), a criação de impostos e outras contribuições, a introdução de novas técnicas agrícolas, as crises laborais e a exigência de melhor qualidade de vida e, finalmente, os motivos políticos (que não constituem o ponto fulcral da investigação, mas que perpassam com frequência os movimentos de resistência e agitação que estudámos, influenciando e deixando-se influenciar por eles). Entre as formas de resistência das populações rurais, considerámos a prática do contrabando.

O facto de, na investigação que desenvolvemos, recorrermos às fontes tradicionais quer da antropologia quer da história, possibilitou-nos fazer um cruzamento de informações de origem diversa, não só ao nível dos envolvidos na actividade em causa (contrabandistas, polícias, juízes), mas também em momentos diferentes. Consistindo o contrabando numa actividade ilegal, este é relegado para um plano clandestino e secreto, o que permite a existência de diferentes discursos (por vezes até contraditórios) consoante quem os produz e o contexto em que o faz. Esta metodologia permitiu-nos aceder a essa diversidade dos discursos e das memórias produzidos sobre a mesma actividade.

Fontes

Fontes Orais

Arquivo do *Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa* (Fundo: Registos audiovisuais de entrevistas)

Arquivos

Arquivo Distrital de Castelo Branco (Arquivo do Governo Civil de Castelo Branco)

Arquivo Distrital da Guarda (Arquivo do Governo Civil da Guarda)

Arquivo do Governo Civil de Évora

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Fundo: Arquivo da PVDE / PIDE-DGS)

Bibliografia

ADAS, Michael. 1981. «From avoidance to confrontation: peasant protest in precolonial and colonial Southeast Asia». *Comparative Studies in Society and History*, 3(2): 217-247.

ADAS, Michael. 1986. «From footdragging to flight: the evasive history of peasant avoidance protest in South and Southeast Asia». *The Journal of Peasant Studies*, 13(2): 64-86.

BRITO, Joaquim Pais de, Fernando Oliveira Baptista e Benjamin Pereira (coords). 1996. *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia / Instituto Português de Museus / Ministério da Cultura.

FONSECA, Inês, Dulce Freire e Paula Godinho. 1997. «O Dilema do Estado Novo: "A criação duma verdadeira política rural, ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la"». *Arquivos da Memória*, 3 (Movimento^s Sociais): 35-52.

FREIRE, Dulce. 1996. «Greves rurais e agitação camponesa». Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito. *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 404-406.

- GODINHO, Paula. 1995. «O Contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana». A Trabe de Ouro (22), tomo II, ano VI: 209-222•
- JENKINS, J.Craig. 1983. «Why do peasant rebel? Structural and historical theories of modern peasant rebellions». American Journal of Sociology. 88(3): 487-514.
- LANDSBERGER, Henry A. 1974. «Peasant unrest: themes and variations». Rural Protest: Movements and Social Change. London: MacMillan, 1-64.
- MARTÍNEZ-RISCO, Luís, Xan Jardón Pedras e Raúl Soutelo Vásquez. 1997. «Resistencia o estado e adaptacion o mercado. Unha caracterizacion dos movementos sociais na Galicia rural contemporânea: 1808- -1997» . Arquivos da Memória, 3 (Movimentos Sociais): 15-33.
- MONTEMOR, Nuno. 1939. Maria Mim (Romance). Lisboa: Edição da «União Gráfica».
- RIBEIRO, Maria da Conceição. 1995. A Polícia Política no Estado Novo (7 9z6 - -7 945) . Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando. 1994. O Estado Novo. José Matoso (dir.). História de Portugal, Vol. IV. Lisboa: Editorial Estampa.
- SCOTT, James C. 1976. The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and Sub-sistence in Southeast Asia. New Haven: Yale University Press.
- SCOTT, James. 1985. Weapons of the Weak: Everyday- Forms of Peasant Resis-tance. New Haven and London: Yale University Press.
- SCOTT, James. 1990. Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts. New Haven and London: Yale University Press.
- TENGARRINHA, José. 1994. Movimentos Populares Agrários em Portugal (1771-1825).Vol.1. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- THOMPSON, Edward P. 1995. Costumbres en Común. Barcelona: Crítica / Grijalbo Mondadori.
- THOMPSON, Edward P., Valérie Bertrand, Cynthia Bouton, Florence Gauthier, David Hunt e Guy-Robert Ikni. 1988. La Guerre du Blé auXVIIP Siècle. La Critique Populaire Contre le Libéralisme Économique au XVIIP Siècle. Paris: Les Editions de la Passion.

Luís Silva

Apresentação

AO LONGO de mais de 1200 quilómetros compreendidos entre a foz do rio Minho e a foz do Guadiana, a fronteira terrestre entre Portugal e Espanha apoia-se frequentemente em acidentes naturais e coincide muitas vezes com cursos de água de maior ou menor envergadura, sendo noutros sectores marcada através de obras de natureza vária, como sistemas hidráulicos de moagem de cereais, caminhos, marcos e capelas². Esta linha de fronteira, cujo historial se encontra detalhadamente descrito noutro lugar (Barreiros 1961; Cordero Torres 1960; Silva 2000: 19- propiciou ao longo dos tempos a emergência de uma trama cultural carregada de diversas especificidades, estreitamente associadas ao seu carácter liminar, que une e separa, articula e desarticula, gerando entraves e oportunidades à volta da sua travessia. A prática do contrabando é uma componente da cultura de fronteira que ilustra as oportunidades que dela se podem extrair, assumindo-se num passado recente como um dos recursos basilares da economia de muitos habitantes de ambos os flancos da raia (Godinho 1995, Manso 2006, Uriarte 1994: 57-41, Valcuende del Río 1998: 287-325). As

¹ Agradeço os comentários e sugestões feitos por Ana Delicado a uma versão preliminar deste texto, assim como as indicações de Eduarda Rovisco.

² A descrição detalhada da raia luso-espanhola pode encontrar-se em Cordero Torres (1960: 81-284).

mercadorias ilegalmente transaccionadas entre os dois flancos da raia foram muitas e variadas — gado, tabaco, loiças, vestuário, minério, calçado, bebidas, café, guloseimas, pão, medicamentos, etc. O sentido dos fluxos dependia (e depende) do mercado, isto é, da oferta e da procura, assim como da diferença de preços e das oscilações cambiais. A prática do contrabando tinha diferentes protagonistas com diferentes graus de envolvimento, que tinham que ludibriar ou corromper as autoridades que faziam o policiamento da fronteira, cuja função era controlar e inclusivamente impedir os fluxos de pessoas e mercadorias através da linha de demarcação, os guardas-fiscais e os carabineiros. A partir de 1985, com a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia e consequente adopção de uma política de livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais entre os Estados membros, este contrabando (romântico e tradicional) deixou de existir enquanto prática, subsistindo apenas no espaço da memória¹. Entretanto, o contrabando tem vindo a ser nos últimos anos objecto de patrimonialização e turistificação nos moldes descritos neste texto, que pretende fornecer alguns elementos empíricos e teóricos de reflexão em torno de tais processos, ainda que de forma impressionista. De modo sequencial, abordar-se-ão os componentes da pós-ruralidade em Portugal, as questões de património e turismo, o contrabando, a musealização do contrabando e as rotas do contrabando que nos últimos anos têm vindo a ser reactivadas e inseridas no mercado turístico.

Os componentes da pós-ruralidade em Portugal

DESDE MEADOS do século xx, os campos do país entraram num processo de mudança traduzível num triplo movimento de perda

¹A passagem ilícita de produtos e pessoas através da fronteira continua a existir, inclusivamente numa escala maior do que antes desta data. Trata-se do narcotráfico e do comércio de armas, bem como de indivíduos considerados fora da lei, criminosos fugidos à justiça e imigrantes clandestinos.

Bibliografia

- AAVV. 1995.2o *Valores do Mundo Rural*. Lisboa: Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», Ministério da Agricultura.
- ALVES, João Emílio. 2004. «Sobre o "Património rural": contributos para a clarificação de um conceito». *Cidades - Comunidades e Territórios*, 8: 35-52.
- ANICO, Marta. 2005. «A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade». *Horizontes Antropológicos*, 11 (23), on-line em <http://www.scielo.br/pdf/ha/viin23/ao5vi123.pdf> (acesso em 5-10-2007).
- ANICO, Marta. 2004. «Património, turismo e políticas culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergência de interesses?». *IV Congress Virtual de Antropologia y Arqueologia - Cultura, Identidad y Património*, on-line em <http://www.naya.org.ar/congreso2004/autores.htm> (acesso em 5-10-2007).
- ANICO, Marta e Elsa Peralta. 2004. «As políticas culturais autárquicas num contexto de *glocalização*. Processos e dinâmicas do património em Ílhavo e em Loures». *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, on-line em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MartaAnico.pdf> (acesso em 5-4-2307).
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. 1996. «Declínio de um tempo longo». Brito, Joaquim Pais de, Fernando Oliveira Baptista, e Benjamim Pereira (org.) *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 35-75.
- BARREIROS, José Baptista. 1961 (1856). «Delimitação da Fronteira Luso--Espanhola.» *Separata de O Distrito de Braga*. Braga. (XII fascículos).
- BAZIN, Claude-Marie. 1995. «Industrial Heritage in the Tourism Proecess in France.» Lanfant, Marie-Françoise, John. Allcock, e Edward Bruner (orgs.) *International Tourism, Identity and Change*. Londres: Sage, 113-126.
- CAPEL, Horacio. 2005. «Las rutas culturales como patrimonio de la hurnanidad. El caso de las fortificaciones americanas del Pacífico». *Revista*

- Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales* X (562), on-line em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-562.htm> (acesso em 8-12-2007).
- CAVACO, Carmina. 1999. «O mundo rural português: desafios e futuros». *Desenvolvimento Rural — Desafio e Utopia* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 135-148.
- CAVACO, Carmina e António Sampaio Ramos. 1994. *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Lisboa: Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900. 1905. Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CHEVALLIER, Denis. (org). 2000. *Vives Campagnes: Le Patrimoine Rural, Projet de Société*. Paris: Autrement.
- CHEVALLIER, Denis, Isac Chiva, e Françoise Dubost. 2000. «L'invention du Patrimoine Rural» Chevallier, Denis (org.) *Vives Campagnes: Le Patrimoine Rural, Projet de Société*. Paris: Autrement, 11-56.
- CHOAY, Françoise. 2006 (1982). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- CORDERO Torres, José Maria. 1960. *Fronteras Hispanicas: Geografia y Historia, Diplomacia y Administración*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.
- CORDOVIL, Francisco, Bruno Dimas, Rui Alves, e Daniel Baptista. 2004. *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia*. S. João do Estoril — Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- CUNHA, Luís. 2006. «Do Contrabando à Indústria de Torrefacção de Café em Campo Maior». *Etnográfica*, X (2): 251-262.
- FARINHA, José Carlos (org.) 2000. *Percursos — Paisagens e Habitats de Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- FERRÃO, João, e Raul Lopes. 2003. «Zones rurales et capacite entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations, politiques» *Géographie, Économie, Société* 5 (g): 139-160.
- FERRÃO, João e Raul Lopes. 2004. «Understanding Peripheric Rural Areas as Contexts for Economic Development». Labrianidis, Lois (org.). *The Future of Europe's Rural Peripheries*. Aldershot: Ashgate Publishing.

- FIGUEIREDO, Elisabete. 2003. «Quantas mas "aldeias típicas" conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural.» Simões, Orlando e Artur Cristóvão (org.) *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 65-81.
- GARCIA González, Leandro. 2004. «Los Grandes Ejes Territoriales Turísticos Peninsulares: La dificultad de Planificar, Articular y Consolidar Productos Turísticos Espaciales. El ejemplo de La Via de La Plata». *Cuadernos geográficos*. 34: 145-162, on-line em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/171/17103409.pdf> (acesso em 8/11/2007).
- GODINHO, Paula. 2006. *Aporias do «Popular»: a Festa dos Rapazes de Varge, Novas Produções Rituais e Patrimonialização*. Lição de Agregação em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GODINHO, Paula. 1995. «Contrabando como estratégia Integrada nas Aldeias da Raia Transmontana». *A Trabe de Ouro*. II, Ano VI: 209-222.
- GRABURN, Nelson. 1978. «Tourism: the sacred journey». Smith, Valène (org.) *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 17-33.
- GRAVART - BARBAS, Maria (org). 2005. *Habiter le Patrimoine. Enjeux, Approches, Vécu*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- GREGÓRIO, Artur Filipe. 2005. «O ecomuseu rural das serras do Algarve — serra do Caldeirão — Uma estratégia de desenvolvimento local participado, centrado na identidade cultural da serra do Caldeirão». *Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja — Culturas, Identidades e Globalização*. Tomo I. Beja: Câmara Municipal de Beja, 263-27.
- HANDLER, Richard, e Eric Gable. 1997. *The New History. in an Old Museum: Creating the Past at Colonial Williamsburg*. Durham, Londres: *Duke University Press*.
- HARKIN, Michael. 1995. «Modernist anthropology and tourism of the authentic». *Annals of Tourism Research*, 22 (3): 650-670.
- INE — Instituto Nacional de Estatística. 2002. *XIV Recenseamento Geral 4,1 População. Portugal (ocn)*. Resultados definitivos.

- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. 1998. *Destination Culture. Tourism, museums, and heritage*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- LEAL, Catarina Mendes. 2006. *O Turismo Rural e a União Europeia. Uma Realidade em Expansão. Guia Prático de Investimento*. Coimbra: Almedina.
- LOWENTHAL, David. 1998. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOWENTHAL, David. 1985. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MANSO, Norberto de Oliveira. 2006. «Contrabando e economia rural». *Actas das Jornadas do Contrabando*. Sabugal: Empresa Municipal, 35-39.
- MATHIEU, Nicole. 1996. «Rural et urbain: unité et diversité dans l'évolution des modes d'habiter» M. Jollivet, N. Eizner (org). *L'Europe et ces Carnpagnes*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 187-199.
- NAROTZKY, Susana, e Gavin Smith. 2006. *Immediate Struggles, People, Power and Place in Northern Spain*. Berkeley: University of California Press.
- NASH, Denison. 1992. «Epilogue: a research agenda on the variability of tourism». Valène Smith, e William Eadington (orgs.) *Tourism Alternatives*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 216-226.
- NETO, Maria João Baptista. 2001. *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (19.79 -1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- NILSSON, Per Ake. 2002. «Staying on farms, an ideological background». *Armais of Tourism Research*, 29 (1): 7-24.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). 1994. *Tourism Strategies and Rural Development*. Paris.
- PEIXOTO, Paulo. 2004. «A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70: 183-204.
- PEREIRO Pérez, Xerardo. 2003. «Patrimonialização e transformação das identidades culturais.» José Portela, e João Castro Caldas (orgs.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 231-248.

- PÉREZ Correa, Edelmira. 2002. «Lo rural y la nova ruralidad». Edelmira Pérez Correa, José Maria Sumpsi (orgs.) *Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 15-30.
- POULOT, Dominique. 2006. *Patrimoine et Musées. L'Institution de la Culture*. Paris: Hachette Supérieur.
- PRATS, Llorenç. 2004 (1997). *Antropologia y Patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, S.A.
- PUJADAS, Joan J. e Albert Moncusí. 2005. «Parques naturales y reservas etnológicas: apoteosis de uso instrumental del patrimonio al servicio del turismo en un área fronteriza del pirineo Catalan». *Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja Culturas, Identidades e Globalização*. Tomo I. Beja: Câmara Municipal de Beja, 103-116.
- RIBEIRO, Manuela. 2003. «Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de Turismo em Espaço Rural em Portugal» José Portela, e João Castro Caldas (orgs.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta Editora, 199-216.
- ROGERS, Alan. 1989. «People in the Countryside» G.E. Mingay (org.) *771e Rural Idyll*. Londres: Routledge, 103-130.
- ROSAS Mantecón, Ana. 2005. «Las disputas por el patrimonio. Transformaciones analíticas y contextuales de la problemática patrimonial en México». Néstor García Canclini (org.) *La Antropología Urbana en México*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica: 60-95.
- SAMUEL, Raphael. 1994. *Theatres of Memory*. London: Verso.
- SHARPLEY, Richard. 1999. *Tourism, Tourists and Society*. Huntingdon: Elm Publications.
- SHARPLEY, Richard, e Julia Sharpley. 1997. *Rural Tourism: An Introduction*. Oxford: International Thomson Business Press.
- SILVA, Luís. 2007a. *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.
- SILVA, Luís. 2007b. «Sortelha e Mon.saraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal», *Análise Social*, XLII (184): 853-874.

- SILVA, Luís. 2007c. «A procura do turismo em espaço rural». *Etnográfica*, n (1): 141-163.
- SILVA, Luís. 2000. *Identidade Nacional: Práticas e Representações num Contexto de Fronteira*. Tese de mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.
- SOBRAL, José Manuel. 2004. «O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural». *Etnográfica*, VIII (2): 243-271.
- SOUSA, Carla. 2007/2008. «Tourist Patrimonialization: Ethnography and Power in a Portuguese Village>>». *Revista Encontros Científicos*, 3: 78-85.
- TORGA, Miguel. 1984 [1944]. «Fronteira». *Novos Contos da Montanha*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 25-36.
- TUAN, Yi- Fu. 1974. *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*. New Jersey: Prentice-Hall.
- URIARTE, Luís Manuel. 1994. *Lu, Codosera — Cultura de Frontera y Fronteras Culturales en la Raya Luso- Extremeña*. Mérida: Asamblea de Extremadura.
- VALCUENDE del RÍO, José Maria. 1998. *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas: Interacción social, Discursos Políticos Y Procesos Identitarios en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa*. Sevilla: Fundación Blas Infante.

Luís Cunha

NUM TRABALHO COM já alguns anos mas que se tornou numa referência importante na reflexão sobre os usos da história, Marc Guillaume (03: 39) defende que nas sociedades ocidentais a ideia de património se constituiu numa nova forma de paixão pelo passado. Pode parecer despropositado iniciar um texto sobre a memória do contrabando com a alusão à sedução pelo património que vem marcando a nossa contemporaneidade. Pode objectar-se, desde logo, que o carácter ilegal da actividade contrabandista a tornaria imune a uma patrimonialização consistente, mas pode também apontar-se a sua natureza fracturante como insusceptível de lhe conferir a nobreza histórica de que são investidos outros sinais fortes que marcam a memória da fronteira, por exemplo as batalhas contra castelhanos ou franceses. Até certo ponto estas objecções são válidas. Porém, se deslocarmos o nosso olhar — por um lado privilegiando o plano local face ao nacional e, por outro, prestando atenção às franjas do discurso propriamente histórico — perceberemos melhor o papel desempenhado pela memória do contrabando e também pela sua patrimonialização.

Quanto a esta dimensão, que constitui objecto de abordagem nesta mesma obra, convocamo-la aqui não apenas para sublinhar o seu vínculo ao tema da memória, mas também para relevar que a memória social não pode ser confundida com a recordação de factos acontecidos. Nela incorpora-se uma experiência do mundo, aquilo

a que podemos chamar *mundovisão*. A paixão pelo passado, de que a ideia de património decorre, deve então ser vista como uma expressão visível das disputas simbólicas que fundam essa visão do mundo.

É por esta razão que o objecto que aqui nos importa considerar não deve ser confundido com o registo de recordações fragmentadas, conservadas pelos antigos contrabandistas e suas famílias, mas visto antes como um sistema estruturado e estruturante. Certamente que estamos perante a conservação da memória de uma prática, mas a um outro nível, talvez menos evidente mas nem por isso menos relevante, estamos também perante a gestão de um recurso narrativo de grande importância¹. É justamente nesta sua dimensão que a memória do contrabando incorpora um conjunto de valores apropriáveis do ponto de vista simbólico e político. Valores como a coragem e a determinação, do mesmo modo que as razões evocadas para justificar o desrespeito das regras de circulação impostas pelo poder central, não servem apenas para contar episódios dessa longa história da fronteira e do contrabando, mas também como expressões de uma experiência e de uma visão do mundo que deve ser conhecida por quem escuta. Por esta razão, o modo como essas histórias circulam dentro da comunidade e para fora dela, bem como os aspectos em que mais se insiste e aqueles que são colocados em segundo plano ou mesmo esquecidos, constituem questões relevantes para entender os processos de patrimonialização e de uso da história a que aludimos.

Tal como sempre sucede quando se toma o passado como matéria-prima, também a memória do contrabando passa por um processo de esquecimento e de disputa que tornam o discurso memorativo reconhecido e eficaz. Não basta, portanto, falar de recordações, pois é fundamental perceber também os modos de construção e apropriação da memória. Isto significa, evidentemente, tomar em conta

¹ Entendemos por *narrção* «*uma realização linguística mediata que tem por finalidade comunicar a um ou mais interlocutores uma série de acontecimentos, de modo a fazê-lo(s) tomar parte no conhecimento deles alargando assim o seu contexto pragmático*» (Segre 1989: 58).

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes. 1981. *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- AMANTE, Maria de Fátima. 2007. *Fronreira e Identidade. Construção e Representação Identitárias na Raia Luso-Espanhola*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- AUGÉ, Marc. 1998. *Les formes de d'Oubli*. Paris: Manuels Payot.
- BALLESTEROS Doncel, António. 1997 [1971]. *Los Mochileros*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- BRITO, Joaquim Pais de. 1988. «Histórias que se sabem, histórias que se contam. Estratégias sociais na oralidade aldeã», *Ler História*, n.º 111-14.
- CANDAU, Joël. 1998. *Mémoire et Identité*. Paris : Presses Universitaires de France.
- COMAS d'Argemir, Dolors e Joan Josep Pujadas. 1997. *Andorra, un País de Frontera. Estudi Etnogràfic dels Cauvis Econòmics Socials i Culturals*. Andorra e Barcelona: Ministeri d'Afers Socials i Cultura del Gobierno de Andorra e Ed. Alto Fulla.
- CONNERTON, Paul. 1993 [1989]. *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta.
- CUNHA, Luís. 2006. *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronreira*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CUNHA, Luís. 2006a, «Do contrabando á indústria de torrefacção de café em Campo Maior», *Etnográfica*, vol. X, 251-262.
- GODINHO, Paula. 2007. «Fronreira, ditaduras ibéricas e acontecimentos localizados: O manto espesso do silêncio sobre dois momentos», Cunha, Manuela e Cunha, Luís (org.), *Intersecções Ibéricas. Margens, Passagens e Fronreiras*, Lisboa: 90 Graus Editora: 55-70.
- GUILLAUME, Marc. 2003 [1980], *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- HALBWACHS, Maurice. 1994 [195]. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris : Albin Michel.

- HALBWACHS, Maurice. 1997 [1950]. *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel.
- MEDINA García, Eusébio. 1997. *Estudio Sobre el Contrabando de Postguerra en Olivenza y su Area de Influencia*. Mérida: Gabinete de Iniciativas Transfronterizas.
- MONTE MOR, Nuno de. 2003 [1939]. *Maria Mim.*, Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.
- NORA, Pierre (org.). 1984. *Les Lieux de Mémoire*, vol. 1. Paris: Gallimard.
- PIRES, João Carlos Salvador Urbano. 1997, *A Memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo Raiano*, 2 vol., Tese de Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.
- SANTINHO, Maria Cristina. 1984. *Quadrázais: Terra de Contrabando*, monografia de licenciatura dactilografada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- SEGRE, C. 1989. «Narração/narratividade», *Enciclopédia Einaudi. Literatura — Texto*, vol. 17, Lisboa: Imprensa Nacional— Casa da Moeda.
- THIESSE, Anne-Marie, 2000, *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa: Temas & Debates.
- TODOROV, Tzvetan. 2004 [2000]. *Memória do mal, tentação do bem. Urna análise do século u*. Lisboa: Edições ASA.
- VALCUENDE del Río, J. M. 1998. *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas*. Sevilla: Fundación Blas Infante.
- URIARTE, Luis, 1994. *La Codosera. Cultura de fronteras y fronteras culturales en La Raya luso -extremera*. Mérida: Asamblea de Extremadura.

LAMBAÇA, O CONTRABANDISTA DE ÁLVARO CUNHAL
José Neves

«com 19 ANOS incompletos, André viu-se forçado a emigrar. Arranjaram-lhe dinheiro, deram-lhe um endereço para o Porto e disseram-lhe que aí se resolveria a passagem de fronteira para Espanha. As coisas não foram, porém, assim tão fáceis. No Porto, as pessoas a quem ia recomendado garantiram de princípio nada poderem fazer. Só depois de duas enervantes semanas de espera acabaram por indicar um tal Lambaça, contrabandista, que se dizia disposto a levar André para Espanha, mediante o pagamento de mil escudos» (Tiago 1996: 9).

As primeiras palavras de *Cinco Dias, Cinco Noites* situam o protagonista num enredo em que nada depende de si. O grau de autonomia de André é nulo, uma vez que a vigilância é constante — mesmo se ou mesmo porque invisível — e a clandestinidade é uma engrenagem vagarosa, não chegando a ser evidente a linha de fronteira que separa repressão e resistência. Isto é, o espectro da primeira paira inexoravelmente sobre a segunda, havendo apenas uma falha neste circuito. Indefinido, impreciso e obscuro — «um tal *Lambaça*>> . A única coisa que sabemos inequivocamente acerca de Lambaça é que se trata de um contrabandista, sendo que esta condição lhe confere a possibilidade de introduzir uma falha no sistema. Se é verdade que a resistência se afirma contra a repressão, o «contra» de Lambaça revela uma nova ordem de possibilidades de desentendimento, aquém e além da oposição entre resistência e dominação. Por isso não surpreende

que um inspector do Gabinete de Estudos da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), quando analisa uma primeira versão de *Cinco Dias, Cinco Noites* escrita por Álvaro Cunhal no período prisional dos anos 50, se limite a anotar que a novela faz «o relato das vicissitudes por que passou um indivíduo ao atravessar clandestinamente a fronteira de França para Espanha, com a ajuda de um contrabandista. [...1 Trata-se de um trabalho de natureza literária que não versa matéria subversiva nem contém alusões de carácter político ou social»¹.

A singularidade de Lambaça revela-se antes de mais «negativamente». Com efeito, Lambaça é apresentado como a figura do imprevisível. A cena que de maneira mais evidente vem sugerir a aura enigmática que o rodeia acontece numa fase da novela em que os dois homens já se encontram a caminho da fronteira. A certa altura, André dirá a Lambaça que não gosta de «caminhar às cegas» e perguntar-lhe-á uma e outra vez «Qual o seu plano?» (Tiago 1996: 26). Mas Lambaça não lhe responderá, confirmando a imagem da sua indefinição, imprecisão, imprevisibilidade, imagem que André nunca abandona e que o narrador constrói ao longo da novela. Entretanto, veremos que esta qualificação negativa de Lambaça contém uma potência disruptiva que a própria novela irá desvelando. A ponto de ser possível afirmar que a não-resposta de Lambaça diz menos acerca da sua ignorância do que anuncia o desencontro entre duas formas de conhecimento.

O desencontro percorre de modo implícito outras cenas da novela. Na primeira ocasião em que as personagens se relacionam, André pergunta a Lambaça quando seguem viagem. Lambaça «*reflectiu um pouco e numa voz lenta e desinteressada marcou encontro para daí a três dias*». André retorquiu «*Tinham-me dito que era amanhã*». Lambaça desdenha, respondendo «*Também a mim me dizem muita coisa*», e por fim faz um gesto com a mão cujo significado permanece

¹ Processo de Álvaro Cunhal, no Arquivo da PIDE. Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (IAN/TT): «Nota de lo--1959». PIDE-Direcção Geral de Segurança (DGS), AC, SC, PC, Pc 74,6/49, UI:5mq.

libertadora: atravessamento da fronteira, crepúsculo do trabalho abstracto. «À luz esmaecida do anoitecer o vulto do Lambaça desapareceu na primeira curva da estrada. Então André guardou o dinheiro e seguiu em sentido contrário» (Tiago 1996: 88).

Bibliografia

- ÁGOAS, Frederico e José Neves. 2008. «Nota de apresentação». E.P. Thompson, *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Lisboa: Antígona, 5-14
- CABRAL, Manuel Villaverde. 1983. «A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias rurais perante a industrialização e a urbanização». *Análise Social*, 19 (76), 1983:199-234.
- CUNHA, Manuela Ivone. 2006. «Formalidade e Informalidade: questões e perspectivas». *Etnográfica*, 10:2, Novembro 2006: 219-231.
- CUNHAL, Alvaro. 1996. «Entrevista de Ana Sousa Dias a Álvaro Cunhal». *Público*, 17-4-1996: 2.
- DOMINGOS, Nuno. 2006. «Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano». *Análise Social*, vol. XLI (179): 397-416.
- NEVES, José. 2008. *Comunismo e Nacionalismo em Portugal Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa: Edições TintadaChina.
- PCP. *Resolução Sobre a Questão de Organização —1 Congresso Ilegal do PCP*, 1943. Arquivo Fundação Mário Soares, PCP, Pasta 597.002.
- SCOTT, James C. 1998. *Seeing like a state — How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven and London: Yale University Press.
- TIAGO, Manuel [Álvaro Cunhal]. 1996 [1994]. *Cinco Dias, Cinco Noites*. Lisboa: Edições Avante!
- THOMPSON, E. P. 2008 [1971]. *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Lisboa: Antígona.